

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RODRIGO PEREIRA DA SILVA

**INSTITUTO DO CONCURSO PÚBLICO NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934**

Orientador: Prof. Dr. Angelo Del Vecchio

ARARAQUARA – SP

2013

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar o debate sobre a adoção do concurso público como meio de recrutamento do funcionalismo na Constituição de 1934 levando-se em conta o período histórico e o pensamento social da época. A história do Estado brasileiro e a forma como o campo político influencia a administração pública são importantes para entender como foi tomada a decisão de se colocar na Constituição a obrigatoriedade do concurso público de provas. O recorte histórico do trabalho se refere à quadra 1930-1934, época do Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas. Trata-se de momento de grandes mudanças estruturais impulsionadas, entre outros fatores, pela crise de 1929 e seus efeitos na economia cafeeira, passando pelo processo revolucionário de 1930 e por demais disputas do campo político que têm influência na vida de toda a sociedade da época. Desta maneira, este trabalho procura compreender os motivos que levaram à adoção desse critério para ingresso na carreira pública, através da análise do pensamento social da época, de documentos históricos e das atas da comissão que elaborou o anteprojeto constitucional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de externar meus sentimentos de carinho e agradecimento por aqueles que contribuíram nessa minha trajetória. Começo pela minha família, sem ela nada do que já realizei seria possível. O apoio incondicional de meu pai João Pereira da Silva e de minha mãe Lourdes Aparecida de Carvalho, não ficou no plano econômico através da ajuda financeira, eles sempre estiveram ao meu lado procurando participar de todos os momentos, sendo verdadeiros companheiros de suma importância. Além de pais, também exerceram o papel de amigo, confidente e sempre contribuíram de forma singular a minha vida. Muito obrigado pai e mãe!

Ao pensar a trajetória de minha família fico ainda mais engrandecido pelo trabalho de meus pais. Um senhor, metalúrgico e casado com uma costureira, conseguiram juntos criar dois filhos e dar a estrutura familiar para que eu e meu irmão pudéssemos adentrar a universidade pública. Meu irmão, Gustavo Pereira, hoje já casado e Prof. Dr. na UFPR, é sem dúvida umas das fontes de minha inspiração. Também há muito o que agradecer-lo por seu tempo gasto comigo, e por sempre me ouvir divagando sobre os textos que acabara de ler e estava ávido a compartilhar com ele as minhas impressões.

Outro personagem de suma importância é meu orientador Angelo del Vecchio. Desde a graduação trabalhamos juntos, e à ele eu devo e muito sobre a minha formação acadêmica. Agradeço por sempre possibilitar em nossas reuniões uma conversa franca e sincera, que tornava o ambiente agradável e fácil de se trabalhar. As conversas a respeito do trabalho sempre foram produtivas e acrescentavam de forma substancial ao meu pensamento crítico para elaboração da dissertação.

Agradeço à CAPES por sua bolsa de fomento, pois, possibilitou minha manutenção na cidade de Araraquara, e tornou a minha vida mais fácil. Gostaria, também, de agradecer aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelas aulas ministradas e pelo conteúdo apresentado que contribuiu para meu arcabouço teórico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATÉ 1934	8
1.1 PERÍODO COLONIAL	8
1.2 ADMINISTRAÇÃO REPUBLICANA E O FEDERALISMO.....	14
2 O INSTITUTO DO CONCURSO PÚBLICO E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO	18
2.1 O CAMPO POLÍTICO E SUA ORGANIZAÇÃO PRÉ 1930.....	18
2.2 OS BASTIDORES DA FORMAÇÃO DA ALIANÇA LIBREAL	20
2.3 O GOVERNO PROVISÓRIO E A CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	32
2.4 A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE E O CONCURSO PÚBLICO.	39
3 O DEBATE, AS IDEIAS E OS GRUPOS SOCIAIS NA LUTA PELO RECONHECIMENTO POLÍTICO.....	45
3.1 O DEBATE POLÍTICO, SEUS TEMAS E A CONSTRUÇÃO PELO ALTO.	45
3.1 OS INTELECTUAIS E A CONCEPÇÃO DE ESTADO.....	54
4 OS GRUPOS SOCIAIS	63
4.1 OS INDUSTRIAIS, SOCIALISTAS E ANARQUISTAS	65
4.2 O NACIONALISMO, TENENTISMO E O FEMINISMO	67
CONCLUSÃO	74
BIBLIOGRAFIA.....	77

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o debate sobre o instituto do concurso do público na Constituição Federal de 1934. Leva-se em consideração o contexto político, econômico e social que formaram o pensamento social da época. A análise do debate acompanha a trajetória histórica dos fatos políticos aliados à história do Estado brasileiro, desde sua origem colonial com a chegada da Família Real (1808), passando pelo período imperial com D. Pedro I e o seu poder moderador que lhe concedeu plenos poderes sobre a administração do Estado brasileiro, até chegar a 1930 com o movimento revolucionário da Aliança Liberal e seus aliados.

A compreensão do período anterior a 1930 não pode ocorrer sem uma clara leitura dos fatos ocorridos durante a República Velha, quando, através da política dos governadores, política de proteção e os desmandos no mundo da política, ocorreu o descompasso entre Estado e sociedade. No campo econômico houve os ciclos do café e o último deles terminou junto com a crise de 1929. O café no Brasil contribuiu para o crescimento social e econômico quando usou a mão de obra estrangeira que era assalariada. Junto com os novos cidadãos recém chegados ao Brasil estavam correntes de pensamento que até então não alcançavam toda a sociedade nacional.

O final da Primeira República, sobretudo a última década (1920-1930), foi o período em que os movimentos sociais se organizaram. A sociedade brasileira demonstrava sua nova composição, já que agora apresentava frações de classes. Essas frações podem ser enxergadas nos movimentos ocorridos no período. A busca pelos direitos sociais foi catalisada pela violência policial do Estado brasileiro em tratar a "questão social". O Estado liberal não acompanhou as mudanças de composição da sociedade. Havia claro pedido de atualização do Estado para garantia de direitos sociais e, junto disso, mudanças no sistema eleitoral. A manobra regimental feita pelo Presidente Campos Salles (1898-1902), fez com que o Congresso por ele controlado instituísse a Comissão de Verificação de Poderes, formada por cinco parlamentares com a função de apurar se os deputados eleitos nos estados realmente estavam comprometidos em vir dar o seu apoio ao presidente. Para a comissão, não havia maior significado se o parlamentar tivesse ou não recebido os sufrágios necessários, mas

unicamente se ele estava disposto a cumprir com o acertado entre o governador do seu estado e o presidente da república.

O federalismo possibilitou a manutenção das oligarquias paulista e mineira no poder. A política desempenhada pelas oligarquias desqualificava o serviço público, fazendo com que ele fosse moeda de barganha política. A administração passava longe de ser racional. Desde a sua origem com a formação do Estado brasileiro ela já nasce com vícios doados pela coroa. O estamento burocrático e a administração colonial eram traços característicos e fortemente presentes. Não havia distinção entre o público e o privado, na realidade o Estado era visto como um meio para alcançar objetivos pessoais. Não havia a *fé pública* e o trato com a *res pública* era pautado sem critérios racionais.

Os acontecimentos e as disputas entre Governo Federal e as novas classes, além do exército com o Movimento Tenentista, ajudaram a compor no final da década de 1920 a crise hegemônica no sistema político brasileiro. As oligarquias que estavam à margem do poder vislumbraram, com a crise, a possibilidade de chegar ao núcleo decisório do Estado. A dissidência mineira rompendo com a oligarquia paulista, seguida da aproximação de Minas Gerais com a oligarquia do Rio Grande do Sul possibilitou a composição da Aliança Liberal.

A Aliança Liberal lançou como candidato o Sr. Getúlio Vargas e teve como adversário político o candidato da situação, o Sr. Júlio Prestes. O discurso dos dois candidatos era parecido, mas perante a sociedade a visão da eleição era divergente. O candidato do Presidente Washington Luís representava a continuidade política e a manutenção das práticas políticas. O candidato aliancista era para o imaginário social a renovação, a possibilidade de novos rumos na política e a saída do período de crise, sobretudo por conta da alteração no quadro do Estado. Após as eleições, o candidato da situação venceu o pleito. A derrota nas urnas foi aceita pela Aliança Liberal. mas no ano de 1930 ocorreu o movimento político por parte da Aliança Liberal e de seus componentes para a tomada do poder central.

A tomada do poder pela Aliança Liberal possibilitou a instauração do Governo Provisório (1930-1934) chefiado pelo Sr. Getúlio Vargas. O novo Governo assumiu os trabalhos com a missão de atualizar o Estado brasileiro que estava em descompasso com a sociedade e elaborar uma nova Constituição Federal, que estivesse adequada ao cenário brasileiro. O Governo Provisório suspendeu os trabalhos do Congresso, através de decreto. Assim o Presidente Getúlio Vargas pode colocar em

prática o combate ao regionalismo político através da centralização. Por decreto é criado o Código dos Interventores, que eram os olhos do Presidente nos estados.

O embate político entre as oligarquias aliancistas e as velhas oligarquias ocorreu, mas com o domínio do Estado foi possível para Getúlio concentrar poder no âmbito federal e enfraquecer o regionalismo político. A disputa ocorre durante todo seu governo, sobretudo em 1932, com o levante paulista pedindo a constitucionalização da nação. No ano de 1933 foi convocada a Assembleia Constituinte. Os deputados que haviam sido eleitos em seus estados puderam, de acordo com o regimento da Constituinte, discutir o projeto constitucional elaborado por uma comissão (Comissão dos 26).

O Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas conseguiu governar através de decretos e com a ajuda dos tenentes, que em sua grande maioria contribuíram como interventores nos estados brasileiros. O processo de centralização administrativa ocorreu, o Estado brasileiro foi atualizado, deixou de ser liberal e descompassado com a sociedade para se tornar racionalizado, com concessões sociais que atendiam às demandas sociais. O corporativismo fazia parte da cartilha de Vargas que tinha seu arcabouço teórico no *caudilhismo* e no *positivismo*.

O concurso público foi institucionalizado na Constituição de 1934. No cenário de mudança e moralização de Estado a idoneidade e o caráter técnico que o concurso público trazia eram importantíssimos para a consolidação das mudanças feitas. Não haveria serventia às mudanças feitas pelo Governo Provisório sem alterar o processo de seleção do serviço público. A racionalização da administração ocorre pela necessidade de organização, eficiência do Estado e pelo anseio dos segmentos sociais que buscavam modificações no Estado.

O primeiro capítulo do trabalho apresenta levantamento histórico da administração pública no Brasil de 1808 com a chegada da Família Real até 1934. A intenção é demonstrar o percurso da administração, sua relação com o campo político e as formas de seleção da administração pública. A base para o levantamento de dados foi leitura de textos clássicos e a busca por documentos produzidos como as cartas constitucionais produzidas pelo regimes e governos que foram estabelecidos no Brasil.

O segundo capítulo aborda o cenário político de sucessão eleitoral no final da Primeira República (1888-1930) permeado pelos acontecimentos da década 1920, o processo de formação da Aliança Liberal até sua chegada ao poder em 1930 através da revolução. O subsídio para este capítulo são as cartas trocadas entre os políticos da

época, e que tratam dos bastidores políticos, os contatos iniciais entre Vargas e seus futuros aliados políticos mineiros e outros. O capítulo segue a histórica política até chegar na Assembleia Nacional Constituinte 1933-34 e a adoção do concurso público no texto constitucional. As atas das reuniões da subcomissão responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional são os documentos utilizados.

O terceiro capítulo retoma a década de 1920 e aborda os grupos sociais e sua relação com o Estado, as demandas reivindicadas e desejo por mudança. O pensamento social brasileiro é retomado através dos grandes pensadores da época: Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos. O resgate do pensamento destes intelectuais tem como objetivo sua contribuição à respeito de suas proposições a forma do Estado brasileiro.

O Estado brasileiro atual é formado, em sua grande maioria, por servidores que realizaram concurso para ingressar no funcionalismo público. A seleção dos candidatos tem por prioridade selecionar os mais aptos a exercerem a função pública, por isso, a prova de mérito é um mecanismo importantíssimo como processo de seleção. Esse mecanismo deve cumprir a sua função selecionando de forma idônea o candidato melhor qualificado a desempenhar a atividade que o cargo exige. A seleção dos candidatos mais aptos é necessária para que o corpo de funcionários seja qualificado e torne o serviço público eficiente, porém, essa forma de seleção feita pelo Estado brasileiro é recente. O Brasil só garantiu em sua constituição nacional o concurso público como forma de seleção no final do primeiro governo de Getúlio Vargas, na Constituição Federal de 1934.

O cargo público hoje é alvo da cobiça de milhares de pessoas que enxergam nessa carreira um futuro tranquilo por causa da estabilidade e dos altos salários oferecidos em determinadas funções. O anseio de ter uma vida melhor movimenta uma indústria de cursos preparatórios que vendem aulas para os interessados nas vagas públicas. O pensamento de quem se candidata está muito mais vinculado à questão salarial do que à vontade de exercer um cargo público, pelo qual se possa ajudar a sociedade. Desta maneira, nem sempre o candidato consegue o salário que lhe agrada e, por isso, migra de concurso para concurso antes de se firmar em um cargo e desempenhar a função pública de maneira adequada.

A necessidade do concurso surge junto com a necessidade de se ter o Estado brasileiro efetivo, afastando, assim, os políticos com moral degenerada. A efetividade do Estado passa pela composição da burocracia estatal com funcionários aptos. O espaço

para funções compensatórias é suprimido pelo concurso, mas a nova visão dos candidatos demonstra outro problema, que surge após a aplicação do sistema de mérito.

O recrutamento de funcionários para a burocracia pública era resultado de espólio político. O vínculo entre administração e campo político era muito estreito. A administração servia para os políticos quitarem favores pessoais, assim o quadro administrativo não era formado racionalmente, atendendo critérios de excelência, mas era composto por homens de moral degenerada que corroboravam para o sistema que sustentava a elite política no poder.

O Estado brasileiro, quando nasce, tem como primeira missão fundar a sociedade brasileira. É ele quem vai moldar a sociedade tornando fundamental a sincronia entre sociedade e Estado. O descompasso entre eles gera a necessidade de atualizações.

1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATÉ 1934

1.1 PERÍODO COLONIAL.

A administração pública sofreu diversas mudanças desde o início da história. O modelo que teve seu início nas capitanias hereditárias, sendo patrimonialista e português, permanece incipiente até o século XIX e de fato começa nos anos 1930, quando sofre processo de racionalização. O Estado português não se fez presente na colônia com administração própria. Por causa da ausência de organização estatal a exploração foi obra da vontade pessoal em detrimento das qualidades ordenadas, disciplinadoras e racionalizadoras.

No período colonial, o Governo Português organizou-se em bases absolutistas tendo como objetivo povoar a terra e encontrar riquezas naturais (ouro e prata) para abastecer a metrópole. O rei de Portugal havia se associado aos navegantes, comerciantes, ao clero e aos nobres para alcançar o objetivo do Estado colonial, fazendo com que os associados à coroa portuguesa participassem dos Conselhos Municipais e das empresas de exploração do território. O insucesso das capitanias fez com que a Coroa assumisse diretamente o controle administrativo. A preocupação da administração feita por Portugal era a defesa do território.

A descoberta do ouro no Brasil modifica o caráter do Estado colonial e faz com que ele assuma feições centralizadoras. Ocorre forte centralização administrativa voltada unicamente para aspectos fiscais e repressivos. A participação era destinada aos portugueses, enquanto os nativos eram convocados para as posições subordinadas na burocracia administrativa, civil, militar ou religiosa.

A administração colonial pouco se diferenciava internamente, mesmo com a abundância de cargos e de atribuições. A administração era intrincada, devido aos seus ordenamentos gerais, encargos e a falta de uniformidade na divisão dos trabalhos e estava organizada em quatro níveis: metropolitana, central, regional e local. Os níveis eram subordinados ao Conselho Ultramarino, que, por sua vez, era subordinado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Territórios Ultramarinos. (COSTA, 2008).

No ano de 1808, D. João VI vem para o Brasil. Segundo Vieira da Cunha (1963) o monarca procura integrar nas altas esferas as classes dominantes existentes, mas há desentendimento entre a aristocracia rural e a burguesia urbana¹, enriquecida no comércio. O desentendimento favorece, por parte do Governo, o acolhimento da ideia de liberalismo parlamentarista, porém, o Governo Colonial não abandona o caráter absolutista.

Nesse período, D. João VI eleva o Brasil à condição de reino unido de Portugal. Com essa mudança, a colônia poderia assinar acordos comerciais, mas a organização interna continuava a mesma. O sistema de províncias de acordo com Schwartzman (1988) era hierárquico e a autoridade estava centralizada em nível nacional. O imperador nomeava os presidentes provinciais e estes eram alinhados com o Governo Central. Havia alta rotatividade junto da centralização, não havia definição de funções e, sem a presença de políticas governamentais claras, o sistema administrativo era insuficiente.

A inoperância administrativa era clara, porém, conseguia atender ao desejo do Governo central do Rio de Janeiro: "[...] manter o poder central livre de demandas regionais e assegurar a alternância pacífica no sistema bipartidário, que funcionava tão bem dentro de seus limites" (SCHWARTZMAN, 1988, p. 106). A ausência de instrumentos para transformação da vida social e econômica das províncias permite que o Estado colonial comande de cima e impede atividades de união de interesses locais e nacionais. Desta maneira, assegura a dominação do Governo Central.

[As] principais características da administração colonial — a centralização, a ausência de diferenciação (de funções), o mimetismo, a profusão e minudência das normas, o formalismo e a morosidade. Essas disfunções decorrem, em grande medida, da transplantação para a colônia das instituições existentes na metrópole e do vazio de autoridade (e de obediência) no imenso território, constituindo um organismo autoritário, complexo, frágil e ineficaz. (COSTA, 2008, p. 834).

A Monarquia portuguesa, quando vem para o Brasil, transporta seu estado e junto com ele o estamento². De acordo com Faoro, o estamento é inicialmente aristocrático e vai se burocratizando sem se confundir com a classe dirigente nem tampouco com o quadro administrativo, mas enquanto comunidade que se comporta

¹ A burguesia urbana conseguiu enriquecimento principalmente através do tráfico de escravos, por isso, a importância dela frente à classe rural.

² O estamento é uma comunidade, um grupo que tem "status" advindos de uma honraria.

como "proprietários" da soberania. No Brasil, havia dificuldades na composição dos quadros administrativos e da influência que seus ocupantes sofriam do meio rural. Cabe lembrar qual era a estrutura do Estado no período colonial. Faoro (2001, p. 205 e 216) apresenta um esquema vertical da administração pública colonial composta por, na ordem descendente: o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitanias) e as autoridades municipais. O quadro administrativo da colônia se completa com a presença de quatro figuras: o juiz, o cobrador de tributos e rendas, o militar e o padre. Este quadro administrativo era exercido justificando-se por meio da força e não com o apoio de um consenso social. Entretanto, este não era o único poder. O patriarcalismo da sociedade colonial legou um ordenamento duplo: o do Estado e o do senhor patriarcal, sendo este restrito às fronteiras de seu domínio e não exercido por quadro administrativo (FAORO, 2008, p. 271). Ainda de acordo com Faoro (2008, p. 280) sob a influência do patriarcalismo, “[...] o lastro de nossa formação não permitiu ao país institucionalizar o poder político em simetria com a sociedade.”. A separação entre o público e o privado foi o salto incompleto que nos impediu de contar com uma burocracia que atendesse o sentido apregoado por Weber.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente (no Brasil imperou o tipo primitivo de família patriarcal), compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que dele auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. (HOLANDA, 1995, p. 146).

Após o processo de Independência, ocorre a ocupação do espaço político por parte do funcionalismo público, uma vez que o Governo Regencial é criado e seus postos de trabalho são ocupados por homens letrados. O gabinete da conciliação (1853-1857) tentou corrigir a distorção que possibilitava aos grupos de funcionários públicos

ou aspirantes aos cargos tomarem o lugar de chefias locais. Os defensores da lei queriam que o empregado público se afastasse da política. A reforma eleitoral de 1881 modera a ação do agente público e torna o eleitor menos dependente do funcionário, mas este continuava subjugado pelo governo. Especialmente os deputados que também são funcionários e aqueles que, não sendo, barganham seus préstimos para entrar na burocracia. (FAORO, 2008, p. 439).

Após o Estado brasileiro passar pelo processo de Independência (1822) é convocada uma Assembleia Constituinte para elaborar a Carta Constitucional que guiará as ações do Governo. Na primeira assembleia foram eleitos 100 deputados em seus estados, sendo que a maior parte era de bacharéis em direito (VILLA, 2011). A primeira assembleia, porém, foi dissolvida. Para isso, D. Pedro I manda centenas de soldados cercarem a Constituinte e parlamentares são presos. O projeto constitucional não foi de agrado do imperador, era de cunho liberal, o que contrariava o autocrata. Para o monarca, a democracia era boa desde que fosse controlada.

O autoritarismo está presente desde o nascimento do Estado brasileiro. "O país já nasce com uma organização política antidemocrática. E o poder nunca se reconheceu como arbitrário" (VILLA, 2011, p. 20). O imperador chega a convocar eleições para nova Constituinte, mas o ato é para dourar seu autoritarismo, pois não estabeleceu uma data para o pleito e o decreto foi esquecido. Meses depois do decreto, D. Pedro outorgou a Constituição, que guiou a administração de seu Imperador.

A Carta Constitucional deu ao Imperador total controle sobre as instituições brasileiras graças aos artigos centralizadores. A constituição limitava quem deveria ser eleito por meio de eleições indiretas com o critério censitário. Os eleitos no município seriam eleitores para as outras duas esferas – estadual e federal. O conceito de cidadão serviu para restringir o acesso à democracia. D. Pedro foi sedento, não diferenciou os recursos próprios de sua família daqueles recursos do Estado, assim cometendo prática danosa através de 11 artigos da Constituição de 1824 que falavam sobre a família real e sua dotação. O Imperador tinha a preocupação de conservar seu poder, mesmo com a constituição garantindo o poder para nomear os chefes do judiciário e os governadores de província. D. Pedro acrescentou artigo que lhe garantia Poder Moderador e foi delegado privativamente como chefe supremo da Nação.

A administração feita durante o governo de D. Pedro I foi centralizada devido à carta constitucional, assim obedecendo às vontades do Imperador. O Poder Moderador estabelecido na Constituição de 1824 outorga ao imperador o controle do

serviço público, estendendo o seu poder administrativo. A carta constitucional refere-se pouco à administração pública. Há dois artigos destinados a ela.

Art. 165. Haverá em cada Província um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convém ao bom serviço do Estado.

Art. 466. A Lei designará as suas atribuições, competência, e autoridade, e quanto convier no melhor desempenho desta Administração.

O Império que surgiu com a bandeira da renovação, da atualização do país, mostra-se muito mais parecido com o regime anterior, assim sendo anacrônico. O processo de renovação que ocorre não é completo devido às estruturas da sociedade. A sociedade brasileira ainda mantinha ordem escravocrata, fato que contribuiu e muito para a manutenção da ordem. Desse modo, o Estado que surge em 1822 possui seu chefe D. Pedro I com a oportunidade de governar o país de acordo com sua vontade, e de fato isto acontece.

O Estado brasileiro nessa época carrega traços oriundos da organização da coroa portuguesa, que havia fugido de Portugal para o Brasil por conta da Guerra Napoleônica em 1808. Desta maneira, seguiu conselho da Inglaterra, que era a sua maior parceira comercial. Dentro desse cenário, em que a Coroa Portuguesa foge para sua colônia é que o Estado brasileiro surge, importando as práticas e o corpo burocrático para as terras colonizadas. Sendo assim, a máquina pública brasileira começa como continuação do Estado português (HOLANDA, 1995).

A confusão na distinção entre o público e o privado ocorre de forma aberta e os favores políticos fazem a administração brasileira exercer um papel patrimonialista.

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio. (HOLANDA, 1995, p. 73).

O Governo Monárquico, mesmo possuindo práticas que atrapalhavam seu desempenho, consegue trazer avanços para o país. Os atos do governo são de cima para baixo, a sociedade brasileira possuía uma sociedade civil fraca, ligada ao Estado e

compondo o estamento burocrático que serve à máquina pública. Desta maneira, as ações feitas são devido a interesses privados que usam o bem público.

[...] em 1851 tinha início o movimento regular de construção das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil, que se organiza três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário, que, sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país – os 14.5 quilômetros entre o porto de Mauá e a Estação do Frágoso. A segunda, que irá à Corte, a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855. (HOLANDA, 1995, p. 74).

As ações governistas ocorrem em aliança com o Reino Inglês que era o principal “parceiro” comercial brasileiro. Se antes da declaração de Independência o Brasil mantinha relações coloniais com Portugal, após o processo de emancipação política liberta-se da dominação portuguesa. Ao adentrar na ordem mundial, porém, agora na condição de uma nação independente, o Brasil associa-se ao capital inglês, sendo que é inserido de maneira a ser um produtor de matéria-prima para a nação inglesa, que há pouco passara por sua Revolução industrial. A balança comercial possui saldo negativo para o Brasil porque compra produtos ingleses com alto valor agregado para atender a elite brasileira, que procura copiar a vanguarda europeia na moda, cultura e organização política. No limite, o Brasil deixa de ser colônia portuguesa e passa a sofrer com o domínio econômico instaurado pela nova ordem. Nessa nova ordem, a Metrópole Financeira era a Inglaterra e o Brasil era mais um parceiro com a missão de alimentar a indústria inglesa com manufaturas e comprar os produtos por eles fabricados.

No ano de 1831, D. Pedro I abdicou do trono, pois estava sem apoio militar e sofria pressão popular. Sem muita declaração, o Imperador deixa uma carta escrita em poucas linhas em que diz usar do direito constitucional para, por vontade própria, abdicar do trono. Mesmo sem o Imperador o governo continua com sua organização pautada na constituição de 1824. Com a saída de D. Pedro a Monarquia Constitucional seguiu até o golpe militar republicano de 1889 e acabou interrompendo o processo pelo qual passava a sociedade brasileira por meio da abolição do trabalho escravo e das mudanças procedentes do desenvolvimento da economia cafeeira, que contribuíam para o desenvolvimento.

Após a saída de D. Pedro I o Brasil entra em período de rebeliões regionais que ameaçavam a unidade política e territorial. Para conter as manifestações o governo criou uma força militar com relativa independência das regiões. É o início da formação do Exército nacional regular³. Na década de 1840 as rebeliões diminuem. O corpo militar criado para conter as convulsões sociais continua mantendo elevados seus gastos. Segundo Schwartzman (1988) este fato é uma mostra evidente do irreversível fortalecimento da instituição militar.

1.2 ADMINISTRAÇÃO REPUBLICANA E O FEDERALISMO.

O fim do Império representa a queda do poder moderador que agia como barreira aos grupos oligárquicos para que eles tivessem controle total das províncias. O federalismo republicano transpõe esse empecilho e possibilita às oligarquias atingirem o ápice de sua expansão. Essa transformação é possível, pois a formação histórica foi feita de maneira dispersa. As liberdades locais e o fortalecimento de instituições sociais foram provocados pela falta de centralização. O poder torna-se privilégio de uma camada social detentora dos bens de produção e da liderança política. Sobre o coronelismo, Carone diz que

O fenômeno do coronelismo tem suas leis próprias e funciona na base da coerção da força e da lei oral, bem como de favores e obrigações. Esta interdependência é fundamental. O coronel é aquele que protege, socorre, hominiza e sustenta materialmente os seus agregados, por sua vez, exige deles a vida, a obediência e a fidelidade. É por isto que coronelismo significa força política e força militar. (CARONE, 1969, p. 67).

A administração pública do Estado Brasileiro está vinculada à política, sofrendo os ecos desse campo, que, depois da reforma de Campos Sales no sistema de verificação das eleições, está tomado pelas oligarquias estaduais. A oligarquia deveria lidar com a situação financeira arruinada, que apresentava *déficit* na balança de pagamentos. A solução para o problema dependia do resultado do compêndio político.

³ Foi publicado no ano de 1831 o decreto que organizou o Exército. De acordo com o texto, o efetivo militar ficou fixado em 10 mil homens. A organização militar também contava com contingente alistado que permaneceu entre 15 e 20 mil homens.

[...] a Câmara desorganizou a maior parte dos serviços criados, cortando ou suprimindo verbas dispensáveis à boa marcha da administração. Não contente com esse tropeço de ordem interna, a Câmara procurou romper com os laços de solidariedade internacional que tão cordiais relações nos faziam cultivar com as principais potências da Europa e América, suprimindo legações diplomáticas nesse momento em que o Brasil mais precisa se tornar simpático e estimado às novas instituições. (CARONE, 1969, p. 21).

A administração pública, até o governo Washington Luís, era mascarada pelo desempenho de funções compensatórias e tentava absorver o excedente de mão-de-obra que provinha do sistema produtivo do país, mas também possuiu papel positivo, pois garantiu posição e função a um significativo número de pessoas letradas, corroborando para a formação de parte das elites nacionais. A burocracia estatal com seu padrão superior de racionalidade, eficiência e organicidade ficaria debilitada devido à intimidade entre os mundos privado e público.

A mão-de-obra excedente no início do século XX advém dos novos grupos sociais. Havia, desde o início, a elite brasileira vinculada ao campo e dominante no mundo da política. Com o desenvolvimento econômico e social, novos grupos sociais surgem e buscam seus direitos de igualdade por meio de novas organizações de classes, que aparecem, principalmente, na década de 1920.

[Os grupos] irão posteriormente unir-se. Têm em comum o fato de representarem oposição ao governo. O primeiro é das massas populares, desempregadas, revoltadas, desalojadas de suas casas e que vinham sofrendo cada vez mais a situação calamitosa; o segundo é do grupo de políticos da oposição, com o apoio dos positivistas, e ligados aos meios operários; o terceiro é de militares e alunos das Escolas Militares, também de orientação positivista. Todos são hostis ao governo. (CARONE, 1969, p. 43).

Os três movimentos (classe social, movimento tenentista e os opositores políticos) começam a atuar em busca de seus direitos, pois a luta desses grupos por justiça foi tratada de forma repressora. Havia descompasso entre Estado e sociedade, assim, as ações dos grupos visavam ao reconhecimento e à igualdade de direitos. Suas ações acontecem durante as três primeiras décadas do século XX.

Após 1930, o Governo Provisório passa a atuar no campo econômico através de suas mudanças institucionais atendendo a vontade do chefe do Governo Provisório, que possui interesse na construção de um capitalismo autárquico. Isso faz

com que na área industrial sejam criadas comissões para que o Estado pudesse responder aos problemas e oferecer políticas públicas para avanço no setor. O setor da indústria que recebe mais atenção é o da indústria de base, mas os outros setores também são lembrados. São criadas diversas comissões como a “Comissão Executiva do Plano Têxtil”, “Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes”, entre outras. O intuito é diversificar a produção brasileira de maneira que ela possa dinamizar a economia, tornando-a menos vulnerável a choques externos como o ocorrido na crise de 1929.

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, e a organização de seus departamentos técnicos, além da instituição do conselho de Imigração e Colonização, em 1938, estabeleceram-se as bases institucionais para a regulação das relações. O seu significado mais geral é a “estatização” da luta econômica de classes, desde aí inevitavelmente mediada pela ação regulatória do Estado. A estruturação do sindicalismo de Estado aprofundará esse movimento. (DRAIBE, 1985, p. 92).

Os instrumentos legais criados pela máquina pública em torno do mercado de trabalho e as relações trabalhistas tutelam o trabalhador, fato que fica evidenciado com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que consiste em um

[...] conjunto de regulações que abrange aspectos trabalhistas, a legislação previdenciária, a legislação sindical e a organização da Justiça do Trabalho. Conformava-se um sistema de “organização” das relações de trabalho eminentemente corporativista, sob a égide do Estado. (DRAIBE, 1985, p. 93).

Durante esse processo de reordenamento do Estado, constituiu-se uma nova forma de governo, assim acumulando aspectos até então inéditos e “[...] determinados pelo momento em que se procedeu ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. (DRAIBE, 1985, p. 95).

Vargas foi presidente do Rio Grande do Sul até 1930 e saiu do posto exatamente para ser presidente da República do Brasil. Levou, então, para a causa republicana uma bandeira nova, e essa bandeira levava em conta aspectos até então não revelados pela chamada ideologia liberal. Passa-se a ter em vista a realidade operária, a necessidade de certa legislação de previdência social, com a proteção ao trabalhador, exatamente para que ele não se rebelasse, para que se conformasse com a ordem que lhe era dada e, com isso, a sociedade poderia marchar em harmonia. (IGLÉSIAS, 1985, p. 68).

Através das mudanças feitas, o Estado que estava descolado da sociedade e que agia como repressor da "questão social", muda a sua posição frente aos grupos sociais que surgiram e passa a contemplá-los. As mudanças ocorrem em um curto espaço de tempo. As possibilidades do governo não eram muitas devido ao contexto histórico pelo qual passava o Brasil e a economia mundial. Mesmo assim, o chefe do Governo Provisório consegue montar sua estrutura de poder e caminha para a construção de um capitalismo autárquico, administrado por um estado corporativista.

2 O INSTITUTO DO CONCURSO PÚBLICO E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

2.1 O CAMPO POLÍTICO E SUA ORGANIZAÇÃO PRÉ 1930.

O período de 1922 a 1930 foi de intensos acontecimentos no âmbito econômico, político e social. "Acentua-se então [...] aquela velha tendência de nossa democracia rudimentar, dividindo em campos opostos o governo e o povo. A sucessão do Sr. Epitácio Pessoa frisou o instante da agravação do dissídio". (SOBRINHO, 1983, p. 2). Vivendo sob a égide liberal da Constituição de 1891, o Estado brasileiro não acompanhou a dinâmica social e entrou em descompasso com a sociedade e os novos grupos sociais que surgiram. A "questão social" era tratada como caso de polícia pelo Estado. As oligarquias paulista e mineira mantinham o poder tuteladas pela política dos governadores. As demais do país viviam à margem do poder. O Estado subsidiava a produção cafeeira através da Política de Proteção do café. Nesse período, o café viveu seu último grande ciclo. A política protecionista fez aumentar a dívida pública e obrigou o Governo a por em prática medidas que visavam a estabilização financeira.

No campo político havia descontentamento das oligarquias que não estavam no núcleo decisório. A administração do Sr. Bernardes a frente do Governo Federal foi marcada pelo combate aos opositores políticos e pela reforma constitucional de 1926 que restringiu garantias jurídicas dos direitos individuais, ampliou as faculdades da União frente os Estados. As mudanças deram à Constituição a feição mais policial. De acordo com Sobrinho (1982), o Presidente Artur Bernardes governou como quis.

No final da década de 1920 a crise vivida possibilitou a formação do cenário político com a crise de hegemonia da oligarquia paulista. A crise hegemônica possibilita a disputa por parte das oligarquias que estavam alijadas de poder tentar alcançá-lo através da eleição que iria decidir o sucessor de Washington Luís no comando do catete.

O cenário para o pleito de 1930 estava pronto. Dividida, de um lado, entre o candidato da situação Júlio Prestes, representante dos interesses da classe que está no poder e possui pensamento ruralista, e, de outro lado, Getúlio Vargas como candidato da Aliança Liberal representando a renovação, a eleição ocorre dia 1 de março e o vencedor no pleito é o candidato da situação. A eleição foi fraudada, por isso a derrota

da Aliança. O desejo de tomada do poder através da revolução aumenta no horizonte dos membros do grupo perdedor.

O primeiro nunca passou, diante da opinião geral, de uma espécie de pupilo do Sr. Washington Luís. Por mais que os políticos de um e outro lado lhe proclamassem qualidades, citando a sua administração em S. Paulo, o povo, o grosso da turba instintiva, não os aceita nunca. Os jornais que se lhe mostrassem favoráveis descreditavam-se como venais, não obstante fossem também fartas as verbas com publicidade, no acampamento contrário, para sustento e criação de jornais oposicionistas. A preferência pelos candidatos do governo é como que um pecado, que o indivíduo mantém em segredo, para confessá-lo, quando muito, no sigilo do voto. Só a oposição parece louvável como se viesse sempre coberta do *panache* do desinteresse e do sacrifício. (SOBRINHO, 1982, p. 63).

A disputa eleitoral pelo cargo no Governo Federal foi articulada nos bastidores, com muita troca de cartas entre os políticos envolvidos. As oligarquias se movimentaram nos bastidores da política brasileira para a escolha do sucessor presidencial. Minas Gerais que até então possuía aliança com a oligarquia paulista acreditava que conseguiria um candidato de seu estado para o pleito, mas optar pela escolha de um candidato mineiro não estava no horizonte paulista. Washington Luís tem a ambição de colocar como candidato Júlio Prestes. Prestes tem rápida ascensão política por conta da morte de Carlos Campos e também pela ação política do Presidente da República que o escolhe para ser líder da bancada do governo.

Enquanto os paulistas organizavam a vida política de Júlio Prestes visando ser candidato da situação na eleição de 1930, os mineiros também se organizavam com o pensamento de ter um candidato à presidência nacional oriundo de seu estado. O mineiro Antonio Carlos iniciava os preparativos de sua campanha. De acordo com Carone (1975), o candidato mineiro passa a adotar a linha liberal, patrocina congressos e jornais; faz sua propaganda através do dinheiro público; adota o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas com o objetivo de se aproximar da Igreja e reivindica reformas como o voto secreto com a intenção de agradar o povo. As atitudes de Antonio Carlos são apoiadas no pressuposto que seria a vez de Minas ter um candidato a presidência, desta maneira, o acordo entre Minas e São Paulo seria mantido.

2.2 OS BASTIDORES DA FORMAÇÃO DA ALIANÇA LIBREAL

O cenário econômico fez com que a oligarquia paulista mudasse o seu pensamento em relação à sucessão. Para o Governo, Júlio Prestes seria a melhor escolha, pois, representaria a continuidade administrativa, financeira e continuaria com a Política de Defesa Permanente do Café. No limite seria mantida a estrutura de poder com a administração pública sendo praticada com parâmetros pretéritos. Outro motivo que vai contra a candidatura mineira é o fato de Washington Luís não gostar de Antonio Carlos. Por conta disso, o governo adota postura rígida e intransigente com Minas Gerais e, para manter o equilíbrio de forças no campo político, a oligarquia paulista se aproxima do Rio Grande do Sul.

As finanças estatais estavam em estado de calamidade. A alta dívida pública agravada pela crise de 1929 e a política protecionista de regulamentação do preço do café geravam crise na balança de pagamentos. Para combater a crise, que apresentava sinais desde a década de 1920, o governo de Washington Luís tentou por em prática sua política econômica de estabilização.

Após a Guerra a estabilidade da moeda tornou o passo inicial para depois se chegar ao equilíbrio monetário e o saneamento das contas públicas seria alcançado. Mas com a taxa de câmbio variando todos os dias, aumenta a importância dos gastos, no que toca remessa de moeda para o exterior. (SOBRINHO, 1982, p. 9).

Depois que a crise política envolvendo Minas Gerais e São Paulo foi instaurada, ocorreu a movimentação por parte de Minas enviando emissários para contatar os gaúchos. Cartas são trocadas entre os emissários que representam os líderes de cada oligarquia. As tratativas tiveram início entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O emissário gaúcho, que era João Daudt d'Oliveira escreve no dia 17 de Janeiro à Getúlio Vargas e reporta a situação da tratativa feita com Minas Gerais.

Em longas e repetidas conversas com o Antônio Carlos [de Andrada], ouviu de Assis a afirmativa reiterada de que o governo de Minas:

- a) vetará formalmente a candidatura de Júlio Prestes;
- b) não terá, em hipótese alguma, candidato mineiro;
- c) aceitará como candidato do Catete a de um nome rio-grandense; e
- d) adotará um nome rio-grandense para opor, em luta aberta, a uma candidatura oficial paulista.

A aspiração única da política mineira, disse ainda o Assis, é o estabelecimento definitivo do princípio da não-intervenção do Presidente da República na escolha do sucessor e o objetivo imediato do de Minas unida ([Artur] Bernardes à margem) é uma ou outra coisa destas duas finalidades:

ou forçar o Catete à escolha de um nome (excluídos os mineiros) que consulte as aspirações nacionais, contramarcha em seus intuitos de impor a candidatura de escolha pessoal.

ou arregimentar forças ponderáveis para um combate vitorioso ao Catete, se este recalitrar em tais intuitos. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1892, p. 95).

No dia 21 de Janeiro de 1929, João Pinto da Silva, que era secretário da presidência escreve para o representante gaúcho, dizendo que o Presidente havia recebido as últimas correspondências gaúchas, mas por conta de uma viagem não pode responder e, por isso, encarregou seu emissário desta tarefa. Na carta Silva diz que:

S. Exa. achou muito interessante as notícias que lhe transmitiste. Não ignoras as relações do Rio Grande com o Presidente Washington Luís, relações que se têm mantido inalteravelmente. Conheces bem igualmente, o apoio que ele nos tem dado, todas as iniciativas e projetos de caráter administrativo, dependentes do governo central. O Rio Grande ainda não foi abordado, nem direta, nem indiretamente, sobre a sucessão presidencial. Não temos, portanto, compromissos de nenhuma espécie. Caso venha a surgir, de fato, a oportunidade a que te referes, do Rio Grande, este, é claro, sob pena de falhar aos seus próprios destinos, não poderá recusar. Vitorioso, governará de inteiro acordo com o elemento que houver predominado na escolha. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1929, p. 97).

O acordo entre os Governos estava firmado, porém trazia preocupações para Getúlio Vargas. Por conta de compromissos firmados, havia o temor que Rio Grande poderia sofrer abalos da compendia política, uma vez que Minas Gerais já sofria com tratamento dado pelo Governo Central. Outro fator que preocupava era a vida política de Vargas,

[...] de ministro das finanças a governador, fora feita com a simpatia de Washington; é verdade que este, inteligentemente, conseguiria um *modus vivendi* com a oposição libertadora e o Rio Grande respirava paz e unidade, necessárias à boa administração que estava sendo feita, à qual o governo federal emprestava todo o auxílio financeiro. Além do mais, durante os entendimentos Getúlio manda a Washington duas cartas secretas, uma em dezembro de 1928 e outra em maio de 1929, dando total apoio à política federal e tranquilizando o Presidente, pois que "o Partido Republicano do Rio Grande do Sul lhe não faltará com o seu apoio, no momento preciso". (CARONE, 1965, p. 81-82).

Para manter os laços entre o Rio Grande do Sul e o Governo Central, que eram importante para os gaúchos, Getúlio protela a confirmação do acordo com os mineiros. João Daudt d'Oliveira e João Neves conseguem convencer o presidente do Estado gaúcho a admitir o acordo e concorda com a possibilidade de seu nome como candidato para vetar o candidato paulista. O acordo que dará origem a Aliança Liberal é confirmado em Junho. Mas enquanto o acordo entre os dois estados era costurado, Washington Luís ainda acreditava no esquema proposto para eleição e contava com o apoio do Rio Grande.

A situação logo muda. Vargas havia enviado no dia 10 de maio uma carta para Washington e diz que:

Para evitar precipitações ou imprudências nenhum representante do Rio Grande tem autorização para tratar caso nome situação dominante estado stop Penso que este deve preferência ser encaminhado diretamente entre nós com a confiança e franqueza necessárias quando vosselência entender (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 112)

No dia 11 de julho, Getúlio escreve novamente para Washington, mas agora no texto da carta Vargas expõe os motivos que o levam a ser candidato. Eximindo-se de culpa por conta da escolha escreve:

Enviei ao conhecimento Borges [de] Medeiros que se acha em sua fazenda no município Cachoeira essa comunicação dizendo-lhe que era meu desejo atender ao de V. Exa. não apressando solução problema stop Algum tempo depois leader bancada situacionista do Rio Grande era procurado aí pelo secretário interior governo Minas participando-lhe que política desse estado pretendia apresentar meu nome à presidência República stop Deputado João Neves [da Fontoura] submeteu essa resposta à decisão Borges [de] Medeiros stop esta respondeu dizendo aceitá-la em princípio mas com condição de essa candidatura fosse primeiramente submetida V. Exa. que disse ele estava certo não teria motivos para recusá-la. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 112)

O texto da carta continua. Getúlio diz que o chefe do Partido Republicano lhe escreveu em seguida fazendo considerações que levariam Vargas a aceitar ser candidato, desta maneira procura justificar sua atitude. No final da carta encerra suas explicações dizendo que:

Nunca pretendi nem me insinuei a tão alta investidura stop Em castas anteriores havia de modo positivo expressado meu pensamento no sentido aguardar iniciativa V. Exa. mas como homem de partido tive submeter-me decisão deste pela voz seu chefe stop Quanto ao juízo

que V. Exa possa fazer sobre minha pessoa ou à confiança que em mim depositaria para continuador seu programa é uma questão toda íntima que ninguém pode impor nem mesmo solicitar stop Meu intuito é apenas por um dever franqueza lealdade levar conhecimento V. Exa. é um homem de caráter firme resoluto mas que estima discutir e pesar bem assuntos antes resolve-los stop Venho ainda por meio desta reafirmar meu propósito continuar amigo V. Exa. e dizer-lhe que meu nome não será obstáculo para que V. Exa. possa dar uma solução pacífica ao problema sucessão presidencial stop Com protestos maior estima elevada considerações sou de V. Exa. ato amo admor assig Getúlio Vargas. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 113).

No dia 26 de julho Washington Luís responde as cartas de Vargas enviadas em maio e julho. No início do texto-carta o Presidente usa vários trechos da carta escrita por Getúlio no mês de maio, quando escreve que não se pronunciaria sobre a questão da sucessão e que esta questão seria decidida depois, respeitando a vontade do presidente. Na carta continua escrevendo que:

Outros estados exceto Paraíba que até agora não se manifestou pelas suas situações dominantes outros diretores correntes políticas nacionais, responsáveis pelos destinos Brasil que se acham no país, sua quase totalidade, portanto sem desconhecer ou negar méritos de V. Exa. em inteira solidariedade com presidente República indicam e aceitam outro nome igualmente digno igualmente colaborador governo atual dr. Júlio Prestes presidente estado São Paulo para qual não existem motivos recusa neste encaminhamento e coordenação que me foram reconhecidos e delegados. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 115).

Vargas responde a carta de Washington Luís e diz que sabe que conta somente com o apoio de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e que os demais estados com exceção da Paraíba que ainda não se manifestou, estão apoiando o nome do candidato do governo central Júlio Prestes. Vargas completa a epístola dizendo que:

Escolha meu nome pelo estado Minas e sua aceitação por parte Rio Grande não traduziam, portanto, hostilidade alguma nem ao dr. Júlio Prestes de cuja candidatura até então não se havia falado nem V. Exa. cujo ponto vista no caso inera [não era] igualmente conhecido stop Minas Gerais não é o estado maior população eleitoral República: também um[a] dos[as] maiores responsabilidades no regime pelas sua tradições pela atuação seus homens públicos pelo exercício Poder Executivo em diversos quadriênios stop Além disso prestava e presta com Rio Grande mais decidido apoio governo V. Exa. stop Isso tudo é lógico, imprimia caráter rigorosamente amistoso à indicação mineira que aliás menos indicava que sugeria stop Levando essa indicação ou sugestão conhecimento V. Exa. como o fiz não o expresse minha carta 10/5 último, correspondência privada, a que V. Exa. em emergência tal

é que discordaria sentimento lealdade política a que eu não sei faltar e também da amizade que muito prezo a V. Exa. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 116).

Após o acordo ser costurado nos bastidores políticos da época é chegada a hora do anúncio oficial. Nas cartas trocadas o clima entre os políticos é amistoso, mas isso não se repete nas cartas trocadas entre membros de cada grupo. A real situação da política e da situação do país é evidenciada nesses documentos. Depois de tomadas as decisões, a notícia da aliança se torna pública na reunião da comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, quando aprova a aliança de maneira oficial, em 30 de julho. Em 6 de Agosto os trabalhos se iniciam na Câmara, quando o líder de Minas e o do Rio Grande do Sul (José Bonifácio e Neves da Fontoura) começam a fazer críticas ao governo.

O problema da escolha do nome do candidato à presidência estava resolvido, mas faltava ainda costurar acordo para encontrar o melhor para ser vice-presidente. A Aliança Liberal apesar de ser composta por Minas Gerais e Rio Grande do Sul não contava com mais de 70 deputados federais, num total de 213. Desta maneira, havia a necessidade de agregar mais um aliado para uma maior governabilidade. Assim, o convite foi feito a Bahia e Pernambuco, não aceito por estes estados. Coube ao estado da Paraíba aceitar o convite através da figura política de João Pessoa. O Governo central já trabalhava para iniciar a campanha sucessória de Júlio Prestes.

Os membros da Aliança começaram a se articular. Getúlio e Antonio Carlos trabalharam para que Washington Luís aceitasse a ideia de um terceiro candidato. Melo Franco escreveu no dia 7 de setembro a Epiácio Pessoa na Europa, pedindo sua intervenção conciliadora na situação política que se desenhava no Brasil. Os temas tratados na carta são a escolha do nome do candidato a vice; a justificativa da escolha do nome de Vargas e o temor em relação aos atos do governo central na tentativa de se manter no centro de poder. Na carta Melo Franco escreve que:

Tendo ouvido de V. Exa. o prudente e seguro juízo já manifestado ao meu colega José Bonifácio, permitiu-me a liberdade de indagar de V. Exa. se poderíamos, nós os seus amigos de Minas, levantar, oportunamente, o seu grande nome para uma solução conciliatória, na hipótese de ser lançada pelo Presidente da República a candidatura do dr. Júlio Prestes, à revelia da opinião mineira. [...]

Estava previsto que, do movimento político por nós desejado, devia resultar mais do que a aliança passageira, destinada somente a operar durante uma campanha presidencial, mas sim uma obra duradoura de organização partidária, com um programa de princípios e firme

propósito de realizar o regime republicano, arrancando-o da bruma das ficções para a luz da verdade constitucional. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 204).

O temor de revolta armada contra a aliança política por parte do governo central era fato que estava presente no horizonte dos dois estados oposicionistas. No dia 22 de julho de 1929 Vargas escreve carta para João Neves da Fontoura. Na carta Getúlio acreditava que "S. Paulo esteja preparando o seu golpe". No mês de setembro do mesmo ano em outra carta Getúlio apresenta a informação sigilosa.

Esta carta é de natureza inteiramente confidencial, para te expor as graves apreensões que me assaltam. Por informações de condutos diversos, algumas até da Europa, todas concordes sobre os mesmos pontos, sei que o Estado de São Paulo está se armando poderosamente. Não só fez vultuosas encomendas de metralhadoras, na França, como na fronteira com o Paraná já instalou três parques de aviação. Por seu turno, o Governo Federal está organizando outro parque do mesmo gênero em Florianópolis. O objetivo do plano concentrado entre o Catete e São Paulo é esmagar Minas e isolar o Rio Grande. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 146).

Os mineiros não haviam ainda se reunido para oficializar o nome de Vargas como candidato. Getúlio se movimentou nos bastidores políticos para articular apoio com lideranças mineiras como João Neves da Fontoura. Os dois políticos trocavam cartas, as quais atualizavam o leitor do cenário político. No dia 26 de Julho de 1929 João Neves escreve a Getúlio, no texto da carta o político mineiro explica a Getúlio porque seu nome ainda não foi anunciado oficialmente, uma vez que, a resposta de Vargas já era conhecida pela cúpula política do estado. Em outro trecho revela o plano traçado para o lançamento do nome do gaúcho como candidato.

Nosso plano era, desde que fechasse o acordo, lançar o teu nome na reunião da executiva do P.R.M. em telegrama a todas as forças políticas e numa notícia-bomba a todos os jornais. Teríamos a vantagem da rapidez e da surpresa. O golpe desnortearia o parlamento e o país, não permitindo que o adversário se movesse. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 152).

Na mesma carta manuscrita por João Neves ele apresenta o esboço do tratado entre os dois estados redigido por Francisco Antunes Maciel Júnior a pedido do Presidente do Rio Grande do Sul.

A) Anistia ampla

B) Reforma eleitoral, não se opondo o Presidente à declaração do voto secreto, podendo empenhar-se também pela representação proporcional por quociente e voto transferível, assim como o alistamento automático e todas as medidas de garantia da verdade eleitoral, hoje consagradas pela experiência universal.

C) Providências que acautelem em absoluto a magistratura, tornando-a independente, realmente, por sua origem e atividade, dos partidos políticos.

D) Providências que encaminhem progressivamente a conciliação entre os atuais partidos rio-grandenses, para uma definitiva confraternização – ideal que o dr. Assis Brasil alimenta, desde que aceitou a sua candidatura, em 1922, à Presidência do Estado.

E) Providências que assegurem a unidade dos componentes da frente única nas eleições federais de 1930, devendo essas providências serem adotadas de tal modo que evite a disputa de cadeiras de deputados entre os dois partidos. Para isso, deverá ser preestabelecido o número de cadeiras que caiba a cada partido, distribuindo-as pelos três distritos. Essa medida terá também o salutar efeito de permitir que toda a representação do Rio Grande chegue à Câmara com os seis diplomas limpos, pesando, então, a bancada no reconhecimento das representações dos outros Estados.

F) Compromisso de levar a frente única, no mínimo, até depois de empossado o candidato liberal, sob pacto de honra e recíproca lealdade.

G) Eleição de um sucessor, na Presidência do Estado, do Sr. Dr. Getúlio Vargas, que pudesse ser bem aceito pela oposição, e fosse o continuador da sua obra de pacificação e labor.

H) Continuação de um Conselho Arbitral, de 5 membros, dois de cada partido, sendo o quinto o seu presidente o Sr. Dr. Getúlio Vargas, para o fim de resolver qualquer assunto que surgisse em prejuízo da unidade da aliança, tendo o presidente voto de desempate e obrigando-se os aliados a acatarem as resoluções respectivas. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 154).

O programa apresentado procura responder as demandas que estavam postas. Mas de acordo com Barbosa Sobrinho (1982) tanto a plataforma governista quanto a da Aliança Liberal apresentaram programas insinceros, vagos, com promessas condensadas que não devam objetividade às ideias, desta maneira, não havia o risco de desagradar ninguém.

O plano já estava feito, faltava a execução dele. João Neves da Fontoura envia carta a Vargas relatando como será o lançamento de seu nome como candidato e também atualiza o candidato sobre os preparativos para o pleito. "[...] o Bernardes propôs a reunião da Executiva do P.R.M. em Belo Horizonte. Será a 30 deste e de lá a Executiva lançará a tua candidatura" (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 165).

Na mesma carta Neves relata a situação dos apoios recebidos nos outros Estados. O político demonstra confiança e escreve que unidos Minas Gerais e Rio

Grande do Sul representavam a maioria eleitoral, pois em todos os Estados temos forças políticas. De acordo com João, a Aliança conseguiria no Distrito 80% da votação a seu favor e contava com o apoio de João Guimarães. No Estado da Bahia J. J. Seabra em conversa com João Neves considera que conseguirá 1/3 da votação. Em Pernambuco também há acordo para apoio, Agamenon Magalhães, Mário Domingues da Silva, Solano Carneiro da Cunha e o senador José Henrique Carneiro da Cunha se comprometem a 15 votos contra 35 do opositor. João Neves completa as informações para Vargas escrevendo que nos demais Estados eles já estão alinhados com os elementos de oposição e mesmo no Estado de São Paulo que é quintal eleitoral de Washington Luís, diz que estima conseguir cerca de 20 a 25 mil votos. Desta maneira, concluiu que se os esforços forem alcançados como planejado, há a possibilidade de vitória⁴.

Os integrantes da Aliança Liberal continuavam trabalhando para conseguir mais aliados e atingir os objetivos eleitorais. No dia 31 de julho de 1929 Vargas envia nova carta para Borges de Medeiros e confirma a adesão do Estado da Paraíba e com ele o senador Epiácio Pessoa. O apoio das oposições dos outros estados também está conquistado. Vargas completa o texto da carta demonstrando seu otimismo no pleito devido a conjuntura que se mostrava ir de acordo com suas previsões em relação ao apoio conquistado.

Os democráticos de São Paulo comprometeram-se, também, a votar na chapa liberal. Hoje, pronunciar-se-á respeito do diretório do Partido Libertador. Se nos for favorável a sua decisão, como o espero, à vista de opiniões que conheço, o Rio Grande apresentará assim uma confortadora unanimidade em torno da candidatura de seu Presidente. Penso que disso advirão benefícios, também, para o complemento apaziguamento das paixões, entre nós. E é essa esperança o que mais ainda me anima, presentemente.

O balanço geral das forças eleitorais, em todo país, é favorável a nós. (A REVOLUÇÃO DE 30. 1982, p. 162).

Rio Grande do Sul e Minas Gerais conseguem agregar aliados e acreditam na vitória da Aliança no pleito, mas sabem da dificuldade que será enfrentar o Governo Central. O cenário político favorável aumenta as esperanças dos membros da Aliança. O

⁴ Fonte: Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas (manuscrita), datada de 26/07/1929. In: A Revolução de 30: textos e documentos. 1982.

temor maior é de qual será a reação no caso da vitória da Aliança e ainda a real possibilidade de fraudar a eleição.

A busca por aliados não era a única ação que acontecia entre os membros da Aliança. Na carta de Osvaldo Aranha para Vargas encontra-se a preocupação em saber a situação econômica do Estado de São Paulo, além de tratar de assuntos relativos à plataforma política da Aliança Liberal. Com a carta manuscrita por Osvaldo é possível entender o cenário político e econômico que se demonstrava trágico e agravado pela crise de 1929.

São Paulo

Conversei longamente sobre sua situação financeira, econômica e política. A financeira é deficitária, tomando as despesas das obras iniciadas proporções cada vez mais alarmantes. A econômica é difícilíssima, quase insustentável. O Instituto do Café tem uma direção política e já não pode mais manter o preço, que vem baixando. A superprodução é brutal. Há necessidade de uma medida radical, impossível no momento. O preço continuará a baixar. A barragem é insuficiente para a quantidade de água que se vem acumulando. O desgaste da lavoura é crescente e aumentará, por isso que o aparelho do instituto não poderá mais nem manter o preço nem drenar a superprodução. As queixas são reais e trarão conseqüências eleitorais. (A REVOLUÇÃO DE 30. 1982, p. 163).

Após conseguir apoio dos democráticos a Aliança busca apoio do movimento tenentista. A definição do apoio por parte de Melo Viana age como catalisador e acelera o processo de busca. No início de 1929 a ala extremista da Aliança composta por Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha faz as primeiras aproximações com os revolucionários. No Rio Grande, Vargas também age e entra em contato com Luís Carlos Prestes. No início não houve sucesso no contato, mas na carta que Getúlio envia para João Neves da Fontoura, no dia 9 de setembro de 1929, demonstra o otimismo em relação ao apoio e também demonstra que o enfrentamento armado passado à eleição é uma situação que se apresenta cada vez mais forte no horizonte da Aliança.

Recebi os cifrados sobre o Luís [Carlos] Prestes. Não te apresses. Ele virá para nós, solicitado pelos seus companheiros de luta. Por enquanto, seu pensamento é de aliar-se a nós, para a revolução. Não acredita na seriedade do pleito eleitoral. Ora, como nós não estamos tratando de revolução e sim de eleição, não devemos insistir. Breve, enviar-te-ei notícias dele. (A REVOLUÇÃO DE 30. 1982, p. 211).

A Aliança Liberal realiza no mês de setembro sua conferência para propagandear sua candidatura. No congresso Lindolfo Collor lê manifesto de sua autoria, no qual apresenta a Aliança Liberal à sociedade brasileira através dos assuntos tratados no plano de governo e relembra contra quem é a luta do movimento oposicionista. Em seu manifesto Lindolfo apresenta à Nação Brasileira a Aliança Liberal e conclama a união de todos para contribuir com voto e assim poder mudar a situação política do país. Na fala de Lindolfo salienta para o momento que se vive, no qual a mudança se apresenta no horizonte por conta da eleição e quais objetivos podem ser alcançados. “[...] comunicar-lhe a medida da corrupção, que aflige a República e levar-lhe a segurança, raciocinada e serena, de que dos seus sofrimentos, humilhações e tristezas de hoje se plasmará em esplendor a sua vitória de amanhã”.

O problema da Constituição brasileira também foi abordado. A falta de reconhecimento e a dignidade do poder que trata a questão social como caso de polícia. A "questão social" era uma demanda que agregava os movimentos sociais no Brasil, pois, estes buscavam sua autonomia e espaço perante o Estado brasileiro. A Constituição e a classe dirigente impediam as ações sociais através da opressão e da força. Lindolfo Collor no documento procura afastar a figura de partido único da Aliança Liberal. Para conseguir essa nova caracterização o político diz que não eram um partido político, mas uma aliança de partidos.

A aliança de partidos, assim apresentada por Lindolfo, almeja como objetivo político de que

[...] a República se reafirme entre nós como a imaginaram os seus apóstolos e fundadores, como seu consolidador a praticou, como a entenderam sempre, descontadas possíveis exceções, os mais eminentes dos seus servidores. Isto e nada mais, o que está em jogo nesta hora. Para isto, conclamamos as energias cívicas do povo brasileiro. E isto conseguido, poderemos, pelo menos, estar certos de que a República já não será entre nós, como é neste momento, palavra vã e sem sentido. (A REVOLUÇÃO DE 30. 1982, p. 217).

O senador apresenta a Aliança Liberal como sendo o oposto do governo central. Desta maneira, a distância entre a campanha da "aliança de partidos" e dos candidatos da situação é aumentada.

Não assim os nossos adversários. Se nós somos uma aliança, eles não passam de um conglomerado; se nós procuramos definir os nossos rumos, eles se acotovelam na confusão; se nós afirmamos, eles tergiversam; se nos constituímos em torno de idéias, eles se

aglomeram ao redor de interesses; se somos uma corrente formada de vários desaguardos, eles o marasmo, que não pode pretender a alegria límpida e saudável das águas em movimento. (A REVOLUÇÃO DE 30. 1982, p. 218).

A Aliança Liberal sendo a antítese do atual governo, busca a aproximação do Estado com a sociedade, desta maneira, o Estado volta a cumprir seu papel como Demiurgo da sociedade, desenvolvendo, tutelando e realizando as medidas necessárias para atender as novas demandas sociais.

As medidas que o Brasil dos nossos dias reclama são de caráter liberal, encaminham-se inicialmente à plena e definitiva pacificação dos espíritos, para demorar depois na modificação do nosso sistema eleitoral, por forma que lhe possa assistir a certeza de que os seus governantes representam de fato e de direito a sua vontade soberana, única origem legítima de todo poder constituído. (A REVOLUÇÃO DE 30. 1982, p. 222).

A "questão social" faz parte do processo de aproximação do Estado com a sociedade. A maneira que a Aliança interpreta a "questão social" é diferente para eles. De acordo com Lindolfo, a existência da questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso.

As demandas que pautaram a eleição foram expostas. A vontade de mudança do sistema político é evidente. A situação estava insustentável. O descolamento do Estado com a sociedade era agravado pela forma com que a "questão social" era "resolvida" através da força e repressão. A eficiência do Estado estava colocada em cheque. Não havia mais espaço para práticas compensatórias dentro do funcionalismo público e este não podia mais permitir a relação de espúria com a política, servindo de moeda de troca ou meio para satisfazer alguma vontade particular.

O candidato da Aliança Liberal em entrevista concedida ao jornal *A Noite* em novembro de 1929 comentou sobre os pontos da plataforma política. Nessa entrevista Vargas falou sobre o problema do funcionalismo e da necessidade de alteração do funcionalismo público.

Acha Getúlio que é necessário modificar situação atual funcionalismo público. Precisa-se dar mais garantias pagar melhor mas também obrigá-los trabalhar mais. É indispensável reduzir quadros renovando-os. Admissão deve ser feita apenas por concurso só podendo

funcionários ser demitido por processo. (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982, p. 254).

A adoção do sistema de mérito para ingresso no funcionalismo público, mesmo que pouco citada durante a campanha era ponto fundamental. Uma vez que a Aliança Liberal queria colocar em prática o fortalecimento do poder central através da centralização administrativa e acabar com os vícios que deturparam a administração pública, sustentou os currais eleitorais. A conjuntura política mostrava que o momento era de redefinição de posições, mesmo que ainda durante as eleições os novos rumos a serem tomados pelo Estado estivessem apenas no plano das ideias.

A necessidade de atualização do Estado estava mais do que clara. A relação entre Estado e sociedade já havia se deteriorado ao longo da República Velha. A crise política era acompanhada pelo forte crise econômica e social. Havia necessidade latente de novos rumos e de dinamismo por parte do Estado para responder às novas demandas sociais.

A crise política que dá origem à ruptura com o modus operandi da Primeira República é o amálgama fundamental da próxima década e meia. A crise, entendida como transição para o moderno (desencadeada pelas mudanças da economia, novos atores e dilemas sociais), é o cenário que espelha o rompimento do arco de alianças e da hierarquia das forças sociais anteriores – sintetizadas na Constituição de 1891 ou no mau uso que se fez dela nas três décadas subsequentes. É o momento nevrálgico em que as forças ligadas à herança colonial aceleram seu movimento descendente enquanto as forças do moderno crescem vertiginosamente, colidindo pela primeira vez na configuração da arquitetura do Estado brasileiro. A revolução de 1930 e o governo provisório revelariam, por sua vez, a relevância das forças sociais em emergência e a necessidade premente de um novo ordenamento ou pacto de alianças. Podemos observar essa diversidade e a dificuldade de construção de hegemonia na estratégia governamental adotada por Getúlio ancorada ora na imposição ou na concessão, ora no diálogo ou cooptação dos diversos setores da economia e da sociedade. (CEPEDA, 2009, p. 211).

Os candidatos seguiram com suas campanhas até a data da eleição. Vargas seguiu com seu discurso que procurava agradar a todos, inclusive, ao Governo Federal quando falava sobre os problemas econômicos. Defendia o programa econômico do Presidente Washington Luís.

A política do atual governo da República, dizia o candidato aliancista, foi logicamente, dada a época de seu lançamento, uma política de restauração financeira [...] entendo que o sucessor do eminente Sr.

Washington Luís deve manter e consolidar esse plano, pois muito maiores seriam os prejuízos resultantes do seu abandono do que os benefícios, pouco prováveis, que pudessem ser colhidos com a adoção de outra diretriz. (VARGAS apud SOBRINHO, 1982, p. 65).

O dia da eleição estava perto e as instruções que foram dadas por Vargas ao Sr. Paim Filho eram de que:

[...] a eleição oferece duas perspectivas: a derrota fraudulenta e consequente submissão à vontade do vencedor, ou o protesto revolucionário, de consequências incertas quanto à vitória, certas, porém, quanto a ruína do país [...] por todas essas razões, resumia o Sr. Getúlio Vargas, parece-nos preferível uma solução conciliatória do pleito. (VARGAS apud SOBRINHO, 1982, p. 82).

Após a apuração dos votos foi confirmada a derrota da Aliança Liberal. Desde o primeiro momento após a derrota, a possibilidade de revolta armada dos aliancistas foi negada por Vargas. Mas a vontade de organizar o movimento armado e tomar o poder central foi catalisada após o dia 26 julho de 1930. Nesse dia João Pessoa foi assassinado, após a sua morte iniciaram-se as articulações para que o movimento pudesse de fato acontecer. Tendo como líderes os Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e com o apoio de tenentes, começa a tomada do poder. Julio Prestes, que havia vencido a eleição, é deposto do poder no dia 24 de outubro de 1930, assim o candidato eleito não poderia mais assumir a presidência.

O movimento de Recife foi o único genuinamente popular, de todos que se haviam tratado naquele dia de revolta. No Rio Grande do Sul, em Minas, na Paraíba eram o governo e a tropa que agiam embora secundadas por elementos civis. Em Pernambuco, fora apenas o povo, quase que por si só, com três ou quatro oficiais destemidos, que souberam tirar partido da descoordenação e da inércia do adversário: o capitão Muniz Faria, o Capitão Costa Neto, os sargentos Heli e Elpídeo. (SOBRINHO, 1982, p. 146).

2.3 O GOVERNO PROVISÓRIO E A CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

No dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Dorneles Vargas assume o poder como líder do movimento. No dia 11 de novembro é instaurado o Governo Provisório,

que tem como chefe Vargas. O Decreto n. 19.398⁵ institui o novo governo e dá plenos poderes sobre a administração pública para o chefe do governo, pois é este quem faz todas as nomeações, demissões, cria cargos. No texto do decreto consta o fechamento do Congresso Nacional, assim o Governo Provisório irá governar através de decretos. Os estados serão organizados por interventores nomeados pelo poder central. O governo de Vargas assume, desde o início de seus trabalhos, o compromisso com a criação de uma nova carta constitucional.

Depara-se-nos, aqui, um conjunto de causas que nos parecem decisivas, na elaboração da crise na sucessão do Sr. Washington Luís. Aludimos às paixões regionalistas, que ofereceram apoio e repercussão aos princípios agitados pelos próceres discrepantes da candidatura oficial. A atitude do Sr. Antonio Carlos convertia-se em reivindicação dos direitos de Minas Gerais à direção política do País; a Paraíba resguardava prerrogativas do Estado, na decisão do problema mais importante da vida partidária no Brasil; a candidatura do Sr. Getúlio Vargas era o grande momento do Rio Grande do Sul, a oportunidade, tantas vezes desejada, de equiparar-se aos grandes Estados, no direito ao posto supremo da República. Sob esse aspecto dos sentimentos regionalistas, e em face dos Estados a que governavam, os gestos dos presidentes dissidentes valiam do motivo de aplauso e de maior popularidade. Sentiam-se vivamente secundados pelas populações desses Estados, convencidas também da necessidade e do merecimento da reação, contra a hegemonia de um outro Estado, que no caso era S. Paulo. (SOBRINHO, 1982, p. 174, 175).

O Governo Provisório agora pode colocar em prática as reformas desejadas e sem o embate político, pois sua governança é feita através de decretos. A reforma começa e é iniciada a mudança dentro do Estado, que ainda tinha traços de empresa colonizadora, mas que começa a ganhar feições de empresa capitalista. A racionalização pensada pelos políticos teóricos como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e outros poderá ser operacionalizada.

O controle do Estado havia escapado das mãos das velhas oligarquias, empurrado pela pressão dos movimentos operários, tenentismo, emergência dos interesses das classes médias urbanas, cisão da burguesia em suas frações concorrenciais, mudança do perfil econômico em vários estados, questão social, alto custo na manutenção das políticas de proteção ao café, e, por último, pela mudança dos valores da *intelligentsia* que criticavam duramente o

⁵ BRASIL. Decreto n. 19.398, que dispõe sobre a instituição do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19398&tipo_norma=DEC&data=19301111&link=s>. Acesso em: 12 dez 2012.

fosso entre *ideal* e *real* na constituição da nação brasileira. A consciência de uma *revolução lenta, mas segura*, levaria Vargas a afirmar que a Revolução seria expressão da “marcha da história” nacional, portanto, ineludível. Também complicava este cenário, certa propensão para ratificar o idealismo orgânico latente no pensamento brasileiro e radicalizado pelo tenentismo, diagnosticando como problema a debilidade de nossa sociedade civil e como remédio a aposta em um novo e fortalecido tipo de Estado forte. (CEPEDA, 2009, p. 221).

A administração pública continua sofrendo com os ecos do campo político e passa a ser centralizada na esfera federal. A concentração de poder no chefe do governo é muito grande e ele a divide com seus aliados, assim expandindo sua estrutura de poder através da política dos interventores. Com o Decreto n. 20348⁶, de 29 de agosto de 1931, foi promulgado o Código dos Interventores, que regulamenta a política varguista de uma administração intervencionista nos Estados da federação. Dessa maneira, os interventores atuaram para dar continuidade aos planos do Governo Provisório, de maneira que o poder da União será sentido nos estados personificados na figura dos interventores. O código facilita o caminho para o governo Vargas na disputa hegemônica travada nesse momento da história brasileira.

Para o Estado de São Paulo, o tenente João Alberto foi nomeado interventor por Vargas, assim, inicia-se “[...] uma crise contínua entre os representantes políticos da burguesia de São Paulo e o governo central”. (FAUSTO, 1999, p. 31).

Fruto do trabalho da comissão legislativa, o Código Eleitoral⁷ é posto em vigor por um decreto do dia 24 de fevereiro de 1932, que irá presidir o novo alistamento e a eleição dos membros da Assembleia Nacional Constituinte. Já em 14 de maio o Governo Vargas baixa o decreto nº 21.402⁸, que fixa a data do pleito para a Assembleia Nacional Constituinte em 3 de maio de 1933 e a criação de uma comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição, que deverá ser encaminhado à Assembleia Constituinte.

⁶ BRASIL, Decreto n. 20348. Institui conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelece normas sobre a administração local. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1931-08-29;20348>>. Acesso em: 12 dez 2012.

⁷ O Código Eleitoral estabelece entre outras medidas, o sufrágio universal direto e secreto, além de ampliar o corpo político da nação, concedendo votos a todos os brasileiros alfabetizados, maiores de 21 anos, inclusive as mulheres, possibilitando, pela primeira vez, a livre expressão da vontade popular. O Brasil foi o segundo país da América Latina a estender o voto às mulheres, depois do Equador, e o fizera antes mesmo de países europeus como a Itália, a França ou a Bélgica. (BRASIL, Decreto nº 21.076).

⁸ BRASIL. Decreto n. 21.402. Fixa o dia três de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembleia Constituinte e cria uma comissão para elaborar e anteprojeto da Constituição. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1932-05-14;21402>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

O Estado aumentou, com isto, sua base de legitimidade ao mesmo tempo em que passou a responder às pressões políticas de parcelas da população até então marginalizadas, especialmente do movimento das camadas médias e do proletariado urbano. (TOREZAN, 2009, p. 31).

A administração pública, até o governo Washington Luís, era mascarada pelo desempenho de funções compensatórias e tentava absorver o excedente de mão-de-obra que provinha do sistema produtivo do país, mas também possuía papel positivo, pois garantiu posição e função a um significativo número de pessoas letradas. Desta maneira corroborou para a formação de parte das elites nacionais. A burocracia estatal com seu padrão superior de racionalidade, eficiência e organicidade ficaria debilitada devido à intimidade entre os mundos privado e público.

As reformas feitas pela administração de Getúlio visavam pôr em prática seus ideais positivistas, já que ele tinha um arcabouço teórico que lhe dava base, mas também atendia compromissos firmados durante sua campanha. A aliança com os tenentes tem seus traços vistos na realização de sua administração.

Getúlio Vargas, durante a República Velha, abraçou decisivamente o positivismo. Conta-se que desde criança considerava-se ‘castilhista’ – algo significativo, principalmente por ser Castilhos dos mais ferrenhos defensores do positivismo, e tendo se tornado, após sua morte (1903), a *autoridade última* em matéria doutrinária dentro do PRR⁹. Além disso, Getúlio afirmaria, mais tarde, em uma entrevista, que o homem que mais o influenciaria politicamente fora Castilhos, seguido de Pinheiro Machado¹⁰. (FONSECA, 1999, p. 55-56).

O Governo Provisório trabalha lidando com as pressões do campo político. Os paulistas estavam insatisfeitos com o atual governo, por conta da demora dos preparativos da nova constituição e pela política intervencionista do governo federal. A relação entre os paulistas e o Governo Federal estava tensa.

As interventórias, golpeando a autonomia política do estado – processo especialmente visível nos exemplos em que um chefe militar “estrangeiro” era alçado ao poder – deixavam clara a estratégia governamental. A revolução transformava-se aceleradamente, abandonando as intenções de aperfeiçoamento das práticas liberais para configurar-se em projeto ditatorial que adiava *sine die* o retorno do país à vida legal, propondo a realização de reformas “pelo alto” e antes encaminhamento constitucional. (GOMES, 1980, p. 240).

⁹ Partido Republicano Riograndense.

¹⁰ José Gomes Pinheiro Machado foi senador e participou do Congresso Constituinte (1890/1891).

No dia 9 de Julho de 1932 ocorre a deflagração da Revolução Constitucionalista. Com o fim do levante os paulistas ficam traumatizados pelo esforço empreendido pela derrota.

Falas políticas radicais como uma guerra civil, que atinge diretamente a vida de uma sociedade, não se encerram apenas com a assinatura de armistício militar. São Paulo era e continuava a ser um ponto nevrálgico e um grave problema para o Governo Provisório. (GOMES, 1980, p. 244).

O ambiente no estado mais rico da União era de resignação e havia um clamor cívico pela Constituinte. Ainda em outubro havia a presença de tropas mineiras e gaúchas em São Paulo ocupando lugares importantes da cidade e os generais nomeavam delegados militares e até prefeitos.

O levante paulista ocorre mesmo após o decreto do Governo Provisório fixar para o dia 30 de maio de 1933 a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. O Decreto de n. 21.402 cria uma comissão com o dever de elaborar o anteprojeto constitucional. A comissão será presidida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores. (BRASIL, 1932, Decreto n. 21.402).

Os preparativos para a ANC continuam e no dia 1º de novembro de 1932 o governo lança o Decreto n. 22.040¹¹, que regula os trabalhos da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional. As regras para a elaboração da nova Constituição estavam prontas. No âmbito político Getúlio viu o estado de São Paulo organizar-se durante o pleito para representantes na ANC. Os paulistas, após tentativa de Revolução em 1932, mantinham-se insatisfeitos com o Governo Provisório; para acalmar a ânsia política, Waldomiro Lima é nomeado interventor em São Paulo e tem como missão controlar os ímpetus políticos.

Ao convocar as eleições para a Assembléia Constituinte o decreto governamental que fixava a estrutura e o número de deputados constituintes introduziu uma mudança profunda na experiência republicana brasileira – a figura do deputado classista (também denominada representação profissional). Os deputados classistas foram eleitos a partir de sua base sindical, da seguinte forma: representação industrial (17 deputados eleitos pelos sindicatos

¹¹ BRASIL. Decreto n. 22.040. Regula os trabalhos da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da futura Constituição Brasileira. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1932-11-01;22040>>. Acesso em: 12 dez. 2012

patronais), representação operária (18 deputados eleitos pelos sindicatos de trabalhadores), profissionais liberais (03 deputados) e funcionalismo público (02 deputados). Perfazendo uma bancada total com 40 representantes (16% do plenário), estes aparecem vinculados aos interesses estruturais do trabalho ou do capital (daí a subdivisão mais clara entre trabalhadores e empregados). Estes representantes poderiam ser escolhidos apenas entre as organizações sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho – portanto, já organizados segundo a legislação sindical vigente (em moldes distantes da proposta defendida pelos tenentes). (CEPEDA, 2009, p. 229).

O interventor fica no cargo por um período de 100 dias. Ele não consegue alcançar seus objetivos. Na eleição dos representantes para a ANC a Chapa Única elege quase três quartos do total de 22 representantes eleitos, em uma eleição que teve 95 candidatos. O resultado constituía

[...] um real problema para o Governo Provisório em poucos estados, entre os quais o grande destaque era São Paulo. Isto porque apenas em São Paulo o “governo” não tinha conseguido “fazer” as eleições. Em todos os demais, mesmo considerando-se certas discordâncias existentes com o poder central, os interventores haviam organizado e liderado os mais fortes partidos que concorreram ao pleito, assegurando não só a vitória dos situacionistas estaduais, como também a do próprio governo federal. (GOMES, 1980, p. 286).

Getúlio Vargas, desde a nomeação de Waldomiro Lima para o cargo de interventor em São Paulo, olha com bastante atenção para os fatos ocorridos no Estado. Vargas dá a impressão de ter traçado um esquema de atuação para o Estado, observando de perto os atos do interventor, de maneira que o chefe do Governo Provisório demonstra esperar o momento certo para a substituição de Waldomiro Lima.

A proximidade das eleições e as denúncias insistentes de seu amigo e informante José Carlos Macedo Soares sobre as pressões que a Chapa Única vinha sofrendo por parte do interventor, conduzem-no a um segundo movimento altamente significativo. É enviado a São Paulo um emissário especial para que, na qualidade de “olhos e ouvidos do rei”, observe o desenrolar das eleições. Vargas, portanto, deixa simplesmente de “assistir” e começa a participar mais diretamente, muito embora esta participação esteja ainda restrita a uma função aparentemente arbitral. E dizemos aparentemente porque esse embaixador plenipotenciário para assuntos internos era Justo Mendes de Moraes, pessoa cujo trânsito junto aos partidos paulistas estava assegurado por uma sólida e reconhecida simpatia à causa constitucionalista. (GOMES, 1980, p. 287).

Justo Mendes inicia sua ação no plano diplomático atuando como um observador avançado, mas sua atuação muda e ele passa a desenvolver articulações junto à Chapa Única, de maneira que busca uma harmonização das correntes existentes dentro da chapa. Dentro desta atuação o observador busca um nome civil e paulista para substituir Waldomiro Lima. Com a atuação do interventor, Vargas não desgasta sua imagem nesse embate político e resguarda sua pessoa.

Durante os meses de maio e junho, Vargas assegura-se da vitória da Chapa Única da Vitória, mantendo Waldomiro Lima no poder, mas sempre em suspenso. Enquanto isso, patrocina, diretamente, negociações com seu real adversário – os partidos políticos paulistas – de forma que de comum acordo, sem nocautes humilhantes, ele (o chefe do Governo Provisório revolucionário) e a Chapa Única (as forças oposicionistas da contra-revolução) possam ser proclamados vitoriosos. As recompensas são certamente tentadoras: o governo do estado para a Chapa Única e uma bancada disposta a colaborar com Vargas, ainda que dentro de certos limites. (GOMES, 1980, p. 288).

No trabalho de Justo Mendes junto à Chapa Única, ele relata a Getúlio Vargas que os paulistas aceitam o Governo do Estado e, para tanto, estavam prontos a colaborar com o poder central. Essa cooperação, entretanto, “sob o ponto de vista político”, ficaria sujeita aos princípios do programa com o qual a Chapa Única se apresentara nas eleições de 3 de maio. Só assim aceitariam a incumbência de apresentar candidatos à interventória do Estado.

Uma lista é elaborada com possíveis nomes. O nome de consenso entre as forças políticas era o de Armando Sales de Oliveira. Agora ficava no campo da decisão e não mais da articulação política, em que o responsável pelos atos é o chefe do Governo Provisório. A demora na substituição poderia acirrar mais o clima entre o Governo Vargas e São Paulo. O trabalho desempenhado pelo observador foi feito com sucesso, uma vez que ele alcançou os objetivos que lhe foram propostos. No dia 14 de julho o chefe do Governo Provisório aceita o pedido de exoneração, que foi solicitado por carta desde o dia 9 junho. Como explicação para seu ato, Vargas cita o desejo de ter como chefe de seu estado um civil e paulista, desta maneira, ele atende ao desejo que deveria ser respeitado.

O quadro formado para a Constituinte configurou-se de uma maneira que após o pleito, que contou com 820 candidatos para 214 cadeiras, fez com que as

tendências governistas fossem asseguradas¹², uma vez que a política desempenhada pelos interventores militares obteve êxito na grande maioria dos Estados brasileiros. São Paulo era a figura dissonante neste cenário. O Distrito Federal e os seis Estados mais populosos juntos somavam 94 representantes que eram favoráveis ao Governo Provisório, outros 26 representantes eram neutros ou indiferentes e mais 20 possuíam posição contrária. No Rio Grande do Sul a Frente Única Rio-Grandense elegeu somente três representantes enquanto o PRL conseguiu 13 assentos na Assembleia.

2.4 A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE E O CONCURSO PÚBLICO.

No dia 11 de novembro de 1932 ocorre a primeira reunião da subcomissão¹³ responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional. As atas da reunião são publicadas no Diário Oficial. De acordo com o decreto que regulamenta a subcomissão ficou fixado o prazo de 15 dias para ela receber sugestões dos demais membros da Comissão e de instituições culturais, sindicatos, associações, academias, tribunais e artigos representativos das correntes de opinião.

A ANC teve que trabalhar com as novas demandas de seu período. A "questão social", a democracia viciosa e o federalismo eram temas que deveriam ser debatidos. A primeira demanda representava a luta pelos direitos sociais e a divisão dos custos e benefícios entre os setores econômicos do país. Desde 1910, a agenda política nacional começou a incorporar o processo político que incluía a demanda por direitos sociais, com as greves nos setores industriais. Para os trabalhadores, pensar o problema social era a tentativa de solução de três tópicos: a ampliação da legislação social; a organização sindical; e a manutenção da representação classista.

O momento histórico singular formado pela conjuntura política, econômica e social fez com que a ANC tratasse de todos os temas e demandas suscitadas à época¹⁴.

¹² O Governo Provisório sofreu acusações de fraude e houve anulação da eleição nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina.

¹³ A subcomissão foi composta por: Afrânio de Melo Franco (Ministro das Relações Exteriores), Agenor de Roure, Antônio Carlos, Antunes Maciel (Ministro da Justiça), Arthur Ribeiro, Assis Brasil, Carlos Maximiliano, Castro Nunes, General Góis Monteiro, João Mangabeira, José Américo de Almeida (Ministro da Aviação), Oliveira Viana, Osvaldo Aranha (Ministro da Fazenda), Prudente de Moraes Filho e Temístocles Cavalcante.

¹⁴ Os temas eram: esgotamento do modelo mercantil-exportador e a alternativa industrial, negociação dos conflitos entre capital e trabalho, regulação das relações entre novos atores sociais emergentes, racionalização da ação estatal e burocratização procedimental e formação de um espírito nacional moderno. (CEPEDA, 2009, p. 215).

A representação classista é compreendida quando se vê o sentimento de mudança, sobretudo após 1930 e com a fragmentação política da época.

Produto de uma concepção de que a nacionalidade repousava também na dimensão do progresso material – as “classes produtoras” como eram chamadas no período – e na aposta de remodelagem da arquitetura republicana (centralizada e mais “nacionalizada”), a proposta da representação profissional espelhava não somente uma saída para problemas conjunturais (destruição do poder das elites partidárias e regionais), como expressava outro entendimento sobre a maneira de construir a representação política mais adequada ao caso nacional (no qual a chave explicativa era a fraqueza da sociedade e por extensão, a facilidade de perversão da representação nela assentada). Gestada como proposta, sua fugaz existência legal está muito próxima das causas que determinaram a curta duração também da Constituição produzida no mesmo período. (CEPEDA, 2009, p. 223).

A representação classista teve origem em dois lócus diferentes e que obedecia a duas lógicas distintas entre si. A proposta defendida pelos correligionários de Getúlio Vargas, os tenentes sob a figura do Clube 3 de Outubro. A proposta de representação classista dos aliados do Governo Provisório tinha sua fundamentação na crítica severa ao modelo partidário que montado e praticado no Brasil durante a Primeira República (1889-1930), primeiro porque atuou como arremedo de representação e de projeto político que, na realidade, permitiu a condução e sustentação dos interesses oligárquicos sobre as massas; segundo porque não houve capacidade de representar, para além dos interesses próprios, outra base que não fosse regional; terceiro porque a própria natureza do partido impedia o enfrentamento da construção da Nação brasileira e o surgimento da identidade nacional.

A representação classista levou para a ANC membros da sociedade que estavam fora do jogo político. Os novos atores que representaram suas classes conseguiram levar as demandas sociais ao Estado, no momento em que ele era reorganizado. A centralização administrativa com a formação do Estado corporativista de Getúlio Vargas fez com que ele aproximasse das camadas sociais. O Presidente, através de sua organização, proporcionou a tutela¹⁵ das demandas, de maneira que o Estado ficou com o controle.

¹⁵ O Governo concedeu direitos que eram reivindicados pelas classes sociais, assim aproximou o Estado da sociedade. A concessão dos direitos ocorreu meio ao processo de centralização administrativa, e fez com que houvesse a aproximação do Estado junto as classes e os movimentos sociais da década de 1920, sendo o Estado o demiurgo da sociedade e controlado de forma centralizada pelo Governo Vargas.

Na primeira sessão os membros fazem discursos sobre a importância de uma nova carta constitucional que deve sanar as demandas da nação brasileira. Osvaldo Aranha declara que os representantes dos estados presentes na subcomissão têm como missão fundamental dar as tendências do Governo e que, até o momento, o governo saído da Revolução de 1930 tem responsabilidades oriundas desse processo revolucionário, que dizem respeito ao programa devidamente pelos homens que estão no poder. Segundo Osvaldo Aranha "[...] caberá porém à sub-comissão seguir o caminho que bem entender, escolhendo para o seu trabalho as diretrizes que julgar mais convenientes"¹⁶.

As palavras de Osvaldo Aranha deixam claro que os membros da subcomissão têm a total liberdade para trabalhar e definir como será a nova constituição. Na segunda sessão ocorre a divisão dos trabalhos com alguns membros ficando responsáveis por determinados temas. O conselho nacional ficou com Mello Franco, José Américo e Prudente de Moraes. Família, educação, ordem, economia e social ficaram por conta de José Américo, João Mangabeira e Oliveira Vianna. A defesa nacional, organização das Forças Armadas e policiais dos estados ficou com Góis Monteiro. O poder Judiciário estava a cargo de Arthur Ribeiro e Antonio Carlos; a Política Econômica e financeira para Antônio Carlos, Agenor de Roure e Osvaldo Aranha; Direitos e deveres fundamentais e cidadania para Mello Franco e Temístocles Cavalcante.

Os trabalhos da subcomissão vão até 5 de maio de 1933, totalizando o número de 51 reuniões em que se discutiu a nova forma constitucional. No dia 15 de dezembro de 1932 foi publicada no Diário Oficial da União a carta de Bertha Lutz com sugestões para a constituição e com o título: *13 princípios básicos*. Nessa carta, Bertha apresenta os princípios: 1) racionalização do poder; 2) organização da economia; 3) dignificação do trabalho; 4) nacionalização da saúde; 5) generalização da Previdência; 6) socialização da instrução; 7) democratização da Justiça; 8) equiparação dos sexos; 9) consagração da liberdade; 10) proscrição da violência; 11) soerguimento da moral; 12) flexibilidade do direito; 13) dinamização da lei. (D. O., 1932).

No princípio relacionado à racionalização do poder, Bertha escreveu que "a administração pública será confiada aos técnicos nomeados ou contratados mediante

¹⁶ Fonte: Ata da reunião da subcomissão constitucionalista. In: AZEVEDO, José de Afonso de Mendonça. *Elaborando a constituição nacional*: atas da Subcomissão elaboradora do anteprojeto 1932/1933. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

prova de capacidade profissional"¹⁷ (D. O., 1933). A ideia da prova para aptidão da capacidade dos funcionários é colocada como ferramenta para se alcançar maior eficiência no Estado.

O concurso público será tratado pela subcomissão a primeira vez na 14ª sessão no dia 26 de dezembro de 1932 quando os membros trataram das atribuições do presidente. De acordo com a constituição passada fica a cargo do presidente prover os cargos civis e militares. Junto com esse artigo havia outro que exigia condições de capacidade especial, que a lei ordinária estatuiria. O Sr. Agenor de Roure faz uma emenda e a lê na sessão, dizendo que:

O mal único do funcionalismo, que prejudica uma inteira de bons, dedicados, honestos e leais servidores do país, é a intervenção da política nas nomeações e promoções, dando em resultado a não verificação dessa "capacidade especial", que a lei básica exigia, e a entrada, para os quadros, de não poucos funcionários sem a aptidão necessária... Convém exigir a regra invariável do concurso, para os cargos iniciais, feito perante examinadores nomeados pelo Conselho Nacional ou qualquer outro órgão independente da influência do Executivo. (Emenda de Agenor de Roure. In: AZEVEDO, 2004, p. 503).

A ideia de Roure é de que o artigo fique disposto da seguinte forma: "Prover cargos militares e civis, de caráter federal, salvas as restrições na Constituição. Os civis serão providos mediante concurso para os postos iniciais" (AZEVEDO, 2004, p. 507). Osvaldo Aranha aceita a proposta, mas pensa que o texto deve ser mais enfático de modo que o provimento ao cargo público inicial ocorra somente através do concurso, e aqueles que descumprirem tal regra devem ser penalizados. Já João Mangabeira defende a ideia de que esse tema deve ser tratado na parte de economia, pois para ele é importante, mas exigir que todos os funcionários adentrem no serviço por meio de concurso seria dar uma extensão muito grande à prova de habilidades.

A resposta para a argumentação de Mangabeira parte de Osvaldo Aranha, dizendo que não deve haver diferenciação e sim igualdade. Desta maneira, seria democrática e de acordo a orientação social que advém de todo o mal. Completando seu pensamento, Osvaldo diz que é indispensável o concurso como meio de seleção, mas que ele sozinho não pode medir todas as qualidades de um funcionário. Por isso, o funcionário só deve ser efetivado após seis meses de exercício da função. Assim o concurso será a moralização do funcionário público e, de acordo com o político,

¹⁷ Fonte: Diário Oficial da União, 15 de Dezembro de 1932.

melhorará a confiança da opinião pública frente ao funcionalismo público e fará com que o quadro estatal seja composto por pessoas que atingiram suas posições por esforço e capacidade.

A discussão continua entre Agenor Roure, João Mangabeira e Osvaldo Aranha. Assim, o assunto que começou a partir da discussão de que o presidente poderia criar cargos ou nomear funcionários caminha para alteração do texto constitucional. Mangabeira propõe nova redação para o artigo: "prover na forma das leis, os cargos civis ou militares, salvo as restrições expressas na Constituição" (AZEVEDO, 2004, p. 510). Mas para Roure o concurso deve ficar estabelecido na Constituição, caso contrário não será respeitado. Por fim, o presidente da sessão Mello Franco propõe a seguinte redação: "prover, na forma da lei, os cargos civis de caráter federal e os militares, salvo as restrições expressas na Constituição" (AZEVEDO, 2004, p. 511). A redação foi aceita por unanimidade e a sessão encerrada.

Na 25ª sessão, que ocorreu no dia 31 de janeiro de 1933, o concurso voltou à pauta. Desta vez, o tema trazido para o bojo da discussão da comissão foi a discussão do artigo: "Salvo os casos estabelecidos em lei, todos os funcionários serão nomeados por concurso, e só perderão seus cargos por sentença judicial ou processo administrativo, em que lhe será facultada defesa" (AZEVEDO, 2004, p. 590). Osvaldo inicia o debate sobre o artigo e se mostra contra a restrição inicial. Para ele, deve se estabelecer quais são os casos, pois entende que é fundamental para a organização a obrigatoriedade do concurso. João Mangabeira responde à argumentação de Aranha e em sua resposta cita Ruy Barbosa que tinha um parecer sobre instrução primária e secundária em que há um longo capítulo contra o concurso e ainda cita Anselmo da Fonseca e Pinheiro Guimarães como sendo autores de trabalhos com posições contrárias ao concurso. Logo em seguida, Osvaldo Aranha solicita o adiamento da discussão para ser o artigo debatido conjuntamente com o outro, cuja redação ele trará brevemente.

Na sessão do dia 9 de fevereiro de 1933, de número 29, entra na pauta da reunião a proposta de João Mangabeira, em colaboração com Osvaldo Aranha, referente ao estatuto do funcionalismo público, e cujos dispositivos aprovados se incorporarão ao Capítulo – "Declaração de direitos e deveres". Melo Franco lê o artigo: "Ninguém será nomeado para função pública administrativa sem prévia demonstração de capacidade intelectual, mediante concurso" (AZEVEDO, 2004, p. 597). O artigo é colocado em votação e o Sr. Góes Monteiro vota com restrição, pois entende que o concurso por si só não significa competência e prova de habilidade necessária para nomeação e acesso. O

artigo é aprovado. Nessa mesma sessão fica aprovado que a primeira nomeação após o concurso será interina, tornando-se efetiva após seis meses.

A aprovação do artigo que garante o concurso faz com que ele faça parte do corpo do anteprojeto constitucional que será votado na ANC. No dia 10 de novembro iniciam-se as sessões preparatórias para a ANC. O Presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Sr. Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros, recebeu os diplomas dos deputados que iriam compor a Constituinte.

Em 16 de novembro de 1933, após a instalação da Constituinte, esta recebeu oficialmente o anteprojeto constitucional (do Itamarati) e foi formada a Comissão Constitucional, composta de 26 membros, conhecida como Comissão dos 26: um de cada estado da Federação (num total de 20), um do Distrito Federal, um do então Território do Acre e quatro representantes das categorias profissionais. Assumiu a presidência desta Comissão Carlos Maximiliano (do PRL gaúcho e ex-membro da Subcomissão do Itamarati), a vice-presidência Levy Fernandes Carneiro (jurista e deputado classista dos profissionais liberais) e como relator-geral Raul Fernandes (do PPR – Partido Popular Radical), os dois últimos fluminenses de renome. (TORREZAN, 2009, p. 133).

Na ANC o anteprojeto é aprovado sem grandes alterações. A posição do governo já estava assegurada antes mesmo de começarem os trabalhos da Assembleia. O trabalho desempenhado pelos interventores garantiu a maioria favorável ao Governo Provisório (1930-1934). Desta maneira, o estatuto do funcionário público foi aprovado e publicado na Constituição Federal de 1934 ficando disposto da seguinte forma no art. 170, 2º) "a primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar, efetuar-se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas ou títulos" (BRASIL, 1934).

3 O DEBATE, AS IDEIAS E OS GRUPOS SOCIAIS NA LUTA PELO RECONHECIMENTO POLÍTICO

3.1 O DEBATE POLÍTICO, SEUS TEMAS E A CONSTRUÇÃO PELO ALTO.

A partir da Independência (1822), o problema teórico e prático que dominou o imaginário das elites políticas e intelectuais foi a maneira como implantar e garantir o eficaz funcionamento da ordem liberal burguesa (SANTOS, 1978). O debate entre os liberais e os conservadores do século XIX circunscreve-se sobre o desacordo no modo de operar, mas a elite política brasileira já pensava nessa situação desde a época colonial por meio da exposição de ideias e correntes filosóficas.

[...] durante mais ou menos os cinquenta anos que antecederam a Independência Brasileira, parte da elite intelectual e política foi exposta a algumas idéias que estavam moldando o novo mundo. Isto significa que a ala mais sofisticada da elite brasileira sabia, na segunda metade do século XVIII, que Portugal era um poder decadente e uma nação estagnada. Quer dizer, sabia que o Brasil não precisaria continuar a se submeter aos desejos de Portugal desde que um acordo pudesse ser ajustado com os poderes ascendentes. Em segundo lugar, e mais importante ainda, a elite brasileira sabia que o progresso se baseava agora em um conjunto de idéias políticas e valores econômicos totalmente novos. (SANTOS, 1978, p. 71).

O pensamento de parte da elite política brasileira foi moldado por teorias advindas da Europa. A formação do pensamento da elite foi traduzida na maneira de agir mediante os problemas da sociedade na época. A elite política estava atenta aos acontecimentos no mundo e observava com cuidado os acontecimentos ocorridos na América Latina. Desde o início, havia o desejo de ser independente e se libertar das imposições da coroa portuguesa.

A elite brasileira viu uma estratégia de liberalizar Portugal de um caminho possível para consolidar a nova situação que o Brasil alcançara como centro temporário do império português. Em 1820 o Brasil fora elevado à categoria de Reino, unido ao de Portugal. E, teoricamente ao menos, com o mesmo status e os mesmos direitos de Portugal, tendo representantes nas cortes reais reunidas em Lisboa [...]. O cenário utópico era, na realidade, o esboço de uma sociedade totalmente liberal, como a que os demais países sul-americanos tentaram constituir e fracassaram, talvez por terem rompido todos os elos com um Estado Europeu mais experiente e que poderia tê-los guiado por um caminho de estabilidade política e articulação

econômica com o mundo econômico em expansão. A tentativa valia a pena, e a elite brasileira aventurou-se nela, franca e totalmente. (SANTOS, 1978, p. 77).

A elite política brasileira sabia o que era progresso no século XIX e quais objetivos deveriam ser alcançados para implementação de sua agenda liberal. Desta maneira, o projeto de independência da elite não pretendia tornar a colônia independente e, muito menos, fazer da sociedade brasileira uma sociedade nos moldes rousseauianos, cuja premissa que vale é de que todos os homens são política e socialmente iguais. (SANTOS, 1978).

Mas o que finalmente veio a prevalecer afastou-se significativamente do pacto liberal, não obstante os diferentes grupos e movimentos que tentaram muitas vezes realizá-lo. Em primeiro lugar, em relação às origens do poder, o pacto constitucional, que finalmente obteve o apoio da maioria da elite brasileira, estabeleceu que o poder Imperial antecedia à criação da própria sociedade. Foi o príncipe que rompeu os vínculos coloniais dando origem à sociedade brasileira autônoma e, portanto, sendo o Príncipe anterior à sociedade, possuía uma dimensão autônoma em relação a essa mesma sociedade, ao pacto constitucional que a estava constituindo e também em relação à representação política, cujo poder certamente se origina na comunidade. (SANTOS, 1978, p. 77).

O regime republicano inicia seu trabalho com a instalação de um Governo Provisório que comanda através de medidas provisórias enquanto não é elaborada nova Constituição. Em 1890 o Governo Republicano, por meio de decreto, convoca para o mês de setembro eleições para a Assembleia Constituinte, a qual deveria ser instalada no primeiro aniversário da Proclamação da República. No texto do decreto constava também a divulgação de uma proposta governamental para a nova Constituição. Por determinação do Governo a proposta de constituição divulgada no decreto entraria em vigor imediatamente até o fim dos trabalhos da Assembleia Constituinte e os deputados constituintes deveriam primeiro apreciar o projeto do Governo.

O primeiro decreto do Governo Provisório, no dia 15 de novembro de 1889, faz afirmação constitucional que traduz o sentimento brasileiro de federalismo. O federalismo, que responde a condições econômicas, sociais e políticas, é reivindicado desde o período colonial até a Regência. No Segundo Reinado foi abafado o pedido, cortando elementos exaltados. Em 1864 o Partido Progressista retoma a bandeira que, em 1870, o Manifesto Republicano lançou, sob o lema “Centralização-

Desmembramento. Descentralização-Unidade”, e exige o federalismo como algo essencial para a vida política.

No Governo Provisório havia civis e militares com programas distintos, mas com alguns pontos semelhantes como o federalismo. Assim, republicanos históricos e monarquistas dissidentes escolheram o modelo do federalismo americano. Rui Barbosa foi o encarregado de redigir o texto que seria preferido pela organização constitucional brasileira.

Art. 1º – A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º – Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

A República brasileira nasce com sua organização federativa e liberal, acordada com a opinião da classe dirigente.

A República representou o reconhecimento político das transformações econômicas e sociais que o País passara, ou seja, a interrupção do comércio de escravos, as decadências da burguesia comercial, a ascensão da burguesia rural do café, a extinção “natural” da escravidão e da desburocratização do clero católico. (CUNHA, 1963, p. 14).

O federalismo da Primeira República tem como forte aliado Campos Sales, por meio da “política dos governadores”. Campos Sales coloca em prática um esquema que representa a vontade parlamentar das oligarquias estaduais, conseguido através da “verificação de poderes”. A verificação era uma comissão composta por cinco parlamentares, que visava diplomar candidatos que interessavam ao Governo, e impedir que os opositores tomassem posse. Sales muda a fórmula da comissão e se antes os livros eleitorais eram levados à Câmara e examinados por uma comissão de cinco deputados, com a mudança, o presidente da comissão será o presidente da Câmara anterior. Desta maneira, está garantido o corte pela comissão de elementos contrários ao Governo.

A política e a ação devem ser privilégio de uma minoria, as grandes deliberações nascidas de liberdades democráticas levam

necessariamente o país a agitações e ao aproveitamento da situação por um grupo, muitas vezes o menos capaz. À minoria deliberativa no plano federal deve corresponder outra minoria deliberativa dos Estados. Esta representação aristocrática é o cerne de seu pensamento. (CARONE, 1969, p. 103).

O governante controla a administração pública para manter a sua governabilidade e a estrutura de poder. Com a "verificação de poderes" ele consegue diplomar somente os candidatos que estão alinhados a ele. Assim, mais uma vez, elege seus aliados políticos e pode exercer o domínio do Governo na administração. Dessa forma, a administração sofre influência direta da política e tem sua atuação deturpada por conta de interesses particulares.

O federalismo colocado em prática através da Constituição Federal de 1891 não atua somente no campo político, mas também no campo administrativo. O Governo Republicano trata a administração delegando funções aos governos e se afastando da sociedade, assim a Constituição prescreve que:

Art. 5º – Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e da administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

Art. 6º – O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

1º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2º) para manter a forma republicana federativa;

3º) para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos;

4º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

O Governo Federal é conhecedor da disparidade de desenvolvimento entre os estados brasileiros, por isso, nas *Disposições Transitórias* dedica um artigo à administração pública, indicando como deve ser o processo transitório no período de adequação dos Estados para com as novas disposições da Constituição.

Art. 3º – À proporção que os Estados se forem organizando, o Governo federal entregará-lhes-á a administração dos serviços, que pela Constituição lhes competirem, e liquidará a responsabilidade da Administração federal no tocante a esses serviços e ao pagamento do pessoal respectivo.

A construção do Estado foi feita desde o início pela elite política do país. A administração pública atua de acordo com as disposições já postas e elaboradas pelos parlamentares no interior do Estado. A elite política, por meio de seu ecletismo, construiu um Estado liberal. Contudo, o Estado liberal atende a vontade de quem está no poder, uma vez que a elite política faz o monopólio do poder estruturando o Estado e cria mecanismos de dominação. O fim do trabalho escravo foi lento, quando a mão-de-obra assalariada começa a chegar ao Brasil ocorrem problemas entre trabalhadores estrangeiros e os patrões brasileiros. O problema principal é causado pela maneira como são tratados os imigrantes. Mesmo vivendo em uma ordem liberal, o Estado foi recrutado para resolver uma questão particular, e atender a vontade da elite cafeeira.

[...] os interesses privados pediam ao Estado que expandisse sua capacidade regulatória em relação a contratos econômicos, que se realizavam entre contratantes *particulares e livres*, a fim de criar as condições necessárias ao desenvolvimento de um sistema de "mercado". A intervenção estatal foi clamada para que o sistema econômico funcionasse de acordo com as linhas liberais formais, da mesma maneira que se havia exigido que o Estado permanecesse fora das relações econômicas – como um Estado liberal deveria permanecer – para dar, ao sistema *escravocrata*, carta branca *liberal*. (SANTOS, 1978, p. 85).

A ordem liberal, colocada em prática através da construção do Estado pela elite, criou um liberalismo constitucional que divergia de forma contraditória com a prática política. A corrupção, coerção e irresponsabilidade eram temas concretos do sistema que tinha como pretensão ser, de acordo com a Carta Constitucional, representativo, responsável e vassalo das leis. A desordem criada obrigou a agenda liberal a alterar seu foco e ela enfatizou a luta para o cumprimento da Constituição junto com o afastamento de políticos corruptos destituídos do espírito republicano. Assim, o Estado liberal poderia ser efetivo.

A falta de resultados do Estado liberal, por conta da monopolização do poder político das elites questiona a moral dos políticos. A questão de como alcançar um Estado efetivamente liberal muda para o problema de como evitar a chegada de políticos degenerados ao poder.

O dilema do problema institucional foi debatido por notáveis pensadores políticos como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa entre outros. A reforma na instituição estava clara, porém, as elites políticas não necessitavam de

reformas. A solução para resolver o problema do Estado liberal estava no cumprimento das determinações presentes na Constituição.

O debate institucional inicia-se com o anseio por reforma institucional e avança até chegar ao núcleo do problema. Antes de chegar, a questão da necessidade de reforma política é outro ponto a ser debatido. A reforma se faz necessária, pois, não há representação política das minorias. A sociedade brasileira devido à chegada da mão-de-obra estrangeira e de seu próprio desenvolvimento viu surgir novos segmentos sociais. Os novos elementos da sociedade brasileira necessitavam da revisão do sistema para que pudessem ser ouvidos, mas quando se organizaram por sua luta social foram reprimidos pelo sistema. A "questão social" era tratada pelo sistema como caso de polícia.

O mote da discussão política estava na separação do aparelho estatal da vida política. Para alcançar esse objetivo era necessária a implementação da meritocracia e colocar fim ao espólio da burocracia que formava as nomeações públicas. Assim, o que se fazia necessário era a racionalização do Estado brasileiro, fazendo com que ele entrasse em compasso com a sociedade de sua época e que realmente fosse a representação política da maioria e não de uma minoria que dominava o Estado de acordo com a própria vontade.

Os temas da reforma institucional, dos novos grupos sociais, da crise do Estado por conta da corrupção e da crise econômica foram os fatos que formaram o cenário no qual Getúlio Vargas governou provisoriamente (1930-1934). Vargas repudiou as reformas propostas pela ala política e seguiu o caminho da centralização e do autoritarismo junto dos tenentes. Os tenentes assumiram as interventórias dos estados brasileiros contribuindo para centralizar a administração. Eles também buscavam a representação política das minorias, mas perceberam que reformas nos métodos de votação não seriam suficientes. O fim da corrupção também foi visado e o caminho para alcançá-lo era através da centralização administrativa. Desta maneira, os tenentes se posicionavam favoráveis ao sistema meritocrático nas carreiras públicas, civil e militar, mas perceberam que essas reformas não seriam possíveis enquanto durasse a subordinação do Congresso sobre o executivo.

O sistema político chegou ao final da década de 1930 em crise. Não havia hegemonia política. A relação do Estado Liberal com a sociedade que sofreu transformações estava deteriorada. Não havia crença no Governo e no processo eleitoral. No campo econômico, as medidas protecionistas do café aumentaram a dívida

pública e geraram inflação que fez aumentar o custo de vida da sociedade. O regionalismo político praticado com o aparato do federalismo lesou a sociedade afastando o Estado dela.

As críticas ao Estado brasileiro eram correntes e variavam de acordo com a orientação ideológica. Getúlio Vargas durante discurso proferido no 2º Congresso de Criadores, em “A Federação”, no dia 26 de Abril de 1928, aproveitou o espaço para falar sobre o problema do Estado relacionado ao funcionalismo público. A administração pública era tratada de forma espúria. Não havia racionalidade nos processos administrativos. Na ocasião disse que:

O recente acréscimo de vencimentos dos funcionários da União está longe de corresponder à difícil situação material em que os mesmos, na sua grande maioria, se debatem.

O problema do funcionalismo, no Brasil, só terá solução quando se proceder à redução dos quadros excessivos, o que será fácil, deixando-se de preencher os cargos iniciais, à medida que vagarem.

Providência indispensável também é a não-decretação de novos postos burocráticos, durante algum tempo, ainda mesmo que o crescimento natural dos serviços públicos exija a instituição de outros departamentos, nos quais poderão ser aproveitados os empregados com excesso nas repartições atuais.

Com a economia resultante, quer dos cortes automáticos, que a ninguém prejudicarão, quer da impossibilidade de criação de cargos novos, poderá o Governo ir melhorando, paulatinamente, a remuneração dos seus servidores, sem sacrifícios para o erário.

Majorando-lhes, desse modo, os vencimentos e cercando-os de garantias de estabilidade e de justiça nas promoções e na aplicação dos dispositivos regulamentares, terá o País o direito de exigir maior rendimento da atividade e aptidões dos respectivos funcionários, que, então, sim, não deixarão de se consagrar exclusivamente ao serviço público, desaparecida a necessidade de exercer outros misteres, fora das horas de expediente, como, agora, não raro, acontece, por força das dificuldades com que lutam. (VARGAS, 2004, p. 31).

O Estado brasileiro necessitava ser atualizado. O Governo ainda administrava de forma patrimonialista. O funcionalismo público era usado de forma errônea. Havia relação espúria entre funcionalismo público e o campo político. Esse cenário necessitava ser alterado. A moralização do sistema administrativo era demanda junto com a questão social. Getúlio Vargas no discurso de posse do Governo provisório disse que:

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade.

Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades – verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho – não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos tenazmente.

No terreno financeiro e econômico, há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal. (VARGAS, 2004, p. 45).

No Governo provisório, Vargas conseguiu colocar em prática sua plataforma política. A moralização do sistema administrativo era ponto fundamental para conseguir êxito. Era necessária a racionalização do Estado brasileiro. Vargas executou o processo de racionalização respondendo as demandas e a conjuntura da época. No discurso de posse Getúlio elencou dezessete pontos que seriam alvo do Governo Provisório. Os temas destacados no discurso contemplaram todas as camadas da sociedade e salientavam a necessidade de mudança.

Resumindo as idéias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade: 1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; [...] 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; [...] 9) feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do Governo Central; 10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes; 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias – único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais; [...] 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis. (VARGAS, 2004, p. 45-46).

A reconstrução da Nação ocorreu guiada pelos preceitos do Presidente Getúlio Vargas. A sua administração foi centralizada, reestruturou o Estado e deu novos poderes para ele. As medidas visavam o combate às práticas pretéritas do mundo da política e que eram alvo de crítica dos grupos sociais. Houve descontentamento da oligarquia derrotada. São Paulo, o estado mais rico da nação, entrou em conflito no ano de 1932. O grande dilema que levou os paulistas ao levante contra o Governo Federal era a reconstitucionalização do Brasil. Desde que assumiu o poder, o Governo Provisório assumiu compromisso público de que iria providenciar uma nova constituição. O processo para a nova carta constitucional demora a ocorrer e gera insatisfação, mas medidas importantes como o novo Código Eleitoral foram tomadas e garantiram legitimidade do Governo. Após a revolta paulista, Getúlio Vargas lança decreto convocando as eleições para a Assembleia Constituinte. No discurso à imprensa, reafirma compromisso assumido desde a sua posse como chefe do Governo provisório.

Enquanto o Governo Provisório procura desempenhar-se dos compromissos assumidos com a Nação, realizando o programa que se impôs, de saneamento moral da administração pública, de restauração financeira e de soerguimento econômico do País, paralelamente ir-se-á processando a volta ao regime normal. (VARGAS, 2004, p. 49).

A reconstitucionalização do país terminou com a Constituição Federal de 1934. A Constituição trouxe inovações para o Estado e consolidou o processo de racionalização iniciado em 1930 com o Governo Provisório. A representação classista permitiu o debate despolitizado. Os representantes das classes presentes na Assembleia procuravam defender suas demandas e fizeram com que as questões sociais fossem encaminhadas. O novo Estado que surgiu após a elaboração da Constituição não era mais liberal e repressivo. Ele se apresentou de forma positiva para as camadas sociais e tutelou a nação. A moralização da administração pública estava encaminhada. O funcionalismo público havia sofrido processo de racionalização. O mérito era o quesito principal para ingresso no quadro público. Desta maneira, a administração pública poderia desempenhar de forma plena a sua função. Getúlio Vargas, antes de sua chegada ao poder central, já havia salientado a necessidade de estabilizar o quadro de funcionários, de maneira a permitir a evolução dos trabalhos feitos pelos Governos. No discurso feito no dia 10 de dezembro de 1927

Um dos maiores males da administração pública – e que se verifica de preferência nos países onde não existe corretivo duma opinião pública

orgânica e esclarecida – é a falta de continuidade política e administrativa. O plano geral de um governo de grandes reformas em sua administração, quando realizadas, não podem produzir todos os frutos num curto limite duma investidura eleitoral. São necessários vários períodos, para que os novos serviços, pelo esforço repetido, pela experiência e pela contínua adaptação possam alcançar os fins colimados. Se a pressa é inimiga da perfeição, os frequentes avanços e recuos das improvisações precipitadas e das iniciativas fecundas dum período governamental, abandonadas noutra, geram balbúrdia, confusão e desânimo.

O Governo Provisório conseguiu encerrar a quadra 1930-1934 cumprindo a maior parte dos compromissos assumidos. O Estado brasileiro havia sido reformulado; foram criados conselhos técnicos e a questão social não foi mais tratada como caso de polícia. A moralização do funcionalismo público caminhava para se concretizar. O concurso público estava instituído, a moralização da administração era alcançada.

3.1 OS INTELLECTUAIS E A CONCEPÇÃO DE ESTADO

A discussão de ideias no campo político está presente e muda de acordo com os acontecimentos e caminhos tomados pelos desfechos políticos.

Após a Independência do Brasil, em 1822, inicia-se nova fase na história nacional e, conseqüentemente, na evolução da reflexão sociológica e política. Redefinem-se os termos da relação comunidade brasileira com seu próprio passado e com o presente mundo, isto é, princípios do século XX. Antes de tudo, necessita a recém-criada nação aparelhar-se para a vida organizada independente, para o autogoverno, e para as relações com as outras nações. A evolução do pensamento político e social ficará, como é claro, na dependência da evolução organizacional da atividade científica, a qual exibia um juízo implícito sobre as ciências sociais e sobre sua relevância para a estruturação do novo país. (SANTOS, 1978, p. 20-21).

O pensamento político acompanha a evolução institucional. Após a Independência (1822), dois temas se destacaram sobre os demais: qual a forma de organizar o Estado e de que maneira organizar politicamente a sociedade (SANTOS, 1978). No final do século XIX, o debate político esteve em torno da questão centralização-descentralização. O discurso republicano radicaliza o debate e coloca como novo tema a questão do trabalho escravo.

No período republicano, houve grandes personagens que não atuaram somente no campo da ação e embate político, mas também atuaram no campo do pensamento político através de obras publicadas, discursos políticos e outros documentos por eles elaborados. Dentro desse conjunto da classe política destaca-se o pensamento de Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alceu Amoroso Lima, os quais fizeram crítica ao Estado com sua organização liberal e as ações do governo e de sua administração.

É já na República que iremos encontrar análises complexas sobre a organização política e social brasileira, primeiro com as publicações de Alberto Torres e, na década de 20, com algumas das mais importantes investigações de Oliveira Vianna e Gilberto Freire. Agora adquirem preeminência os temas relativos à formação histórica do país, a inter-relação entre sua estrutura econômica e social e sua estrutura política, os problemas da oligarquização política, seus condicionantes e efeitos, o jogo das raças, o conflito potencial entre elas e o tipo de organização social provável em um país como o Brasil, a função do Estado, os limites do privatismo e a definição da legitimidade de poder público. Enfim, durante sobretudo a década de 20 elabora-se complexa e extensa agenda de problemas, em decorrência praticamente exclusiva da obra de dois sofisticados e argutos analistas, Oliveira Vianna e Gilberto Freire. É essa agenda que irá capturar a formação de uma nova geração de analistas, cujos ensaios e investigações surgirão em grande quantidade após a revolução de 1930. (SANTOS, 1978, p. 37).

O Estado brasileiro nesse cenário não cumpria com as novas demandas da sociedade. O liberalismo, de acordo com Faoro (1978) não se concilia com a democracia, mas ela que se firma tendo como base o liberalismo, para ampliar e arraigar-se nos movimentos populares e políticos.

As respostas liberais para o problema da finalidade do governo legítimo não eram totalmente coincidentes com os interesses da elite econômica brasileira desde que implicavam, como perfeitamente adequadas ao ideário liberal, medida visando a abolição do sistema de escravidão. Por outro lado, a idéia liberal de que o governo não deveria violar os direitos econômicos do cidadão, privadamente definidos, era, sem sombra de dúvida, extremamente atraente para uma classe que havia suportado a ação do Estado (o sistema administrativo português), em seus aspectos regulador e extrativo, durante tanto tempo. (SANTOS, 1978, p. 80).

Na República Velha (1894-1930), de acordo com seus dirigentes, não havia nada de errado, porém, esse não era o retrato da realidade. O Estado liberal ofereceu

pobres resultados por conta do monopólio do poder político. Para reverter este quadro, a questão de como criar um Estado efetivamente liberal foi transformada na dificuldade de como evitar que políticos degenerados chegassem ao poder, por meio da adoção de um sistema em que homens de moral pudessem galgar posições. A demanda proposta era institucional.

As instituições podem ser reformadas, corrigidas e transformadas. Assim, a estratégia dos liberais dirigiu-se para a linha da reforma institucional. O problema político central consistia agora na purgação das instituições que haviam permitido à corrupção viciar o processo político brasileiro. Os métodos de votação deveriam ser modificados a fim de que as pessoas votassem sem medo – isto é, dever-se-ia adotar o voto secreto. Os resultados eleitorais deveriam ficar sob a responsabilidade de um corpo especial de juízes, sem qualquer dependência ao sistema político – isto é, o Executivo só poderia demitir os juízes de seus cargos em caso de corrupção provada. As minorias políticas deveriam ter alguma representação ou o sistema estaria impedindo que parte da opinião pública participasse do processo de tomada de decisão – isto é, o sistema deveria ser revisto de forma a garantir a manifestação da oposição, mesmo depois das campanhas eleitorais. O aparelho estatal, em todos os níveis, deveria ser mantido fora da política, e da economia, para que os recursos governamentais não fossem manipulados em favor de facções – isto é, a burocracia pública deveria deixar de ser um sistema de espólio, constituída mediante nomeações paternalistas dos políticos, em pagamento de conformismo político; a carreira do serviço público, mais do que qualquer outra instituição, deveria adaptar-se aos padrões do sistema de mérito. (SANTOS, 1978, p. 95-96).

No ano de 1920, Oliveira Vianna destacou o dilema liberal brasileiro. Para Oliveira Vianna não havia um sistema liberal sem uma sociedade liberal. O Brasil possui nessa época uma sociedade parental, clânica e autoritária. Para superar o dilema a ideia proposta por Oliveira Vianna é de que:

[...] o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. Este diagnóstico das dificuldades do liberalismo no Brasil, apresentado por Oliveira Vianna, fornece um ponto de referência para a reconsideração de duas das mais importantes tradições do pensamento político brasileiro: a tradição do liberalismo doutrinário e a do autoritarismo instrumental. (SANTOS, 1978, p. 93).

A solução proposta pelos pensadores políticos foi por meio do pensamento autoritário. O pensamento autoritário era formado por três linhas de pensamento que se diferenciam.

Em primeiro lugar, os autoritários instrumentais, na designação aqui adotada, crêem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão. E desta presunção deriva-se facilmente a inevitável intromissão do Estado nos assuntos da sociedade a fim de assegurar que as metas decididas pelos representantes desta sociedade sejam alcançadas. Nesta medida, é legítimo e adequado que o Estado regule e administre amplamente a vida social – ponto que, desde logo, os distingue dos liberais. Em segundo lugar, afirma que o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas. (SANTOS, 1978, p. 103).

Francisco Campos, que de acordo com Medeiros (1978) possui como característica de seu pensamento político o conservadorismo e as aspirações modernizantes (modernização institucional) reflete sobre a democracia brasileira dizendo que:

Para resolver, por conseguinte, o problema da democracia é necessário que os juristas, largamente embebidos da inspiração nacional, estejam sempre prontos a adaptar os órgãos legais da nação à satisfação das necessidades democráticas, sem permitir que a orientação do desígnio nacional seja quebrada pela interferência dos conflitos democráticos [...]. O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações. (MEDEIROS, 1978, p. 25).

Para alcançar os objetivos propostos, Francisco Campos elucubra ser necessário o fortalecimento do Poder Central e de como deve ser a democracia no país.

[...] a democracia moderna, que vive da prosperidade e da unidade da Nação; essa democracia que precisa de uma espinha dorsal e não a democracia xadrez, constituída de retângulos inumeráveis, cada qual com sua bandeira e a sua cor; a democracia substancial e substantiva, moldada na unidade nacional [...] Essa democracia [...] não pode constituir-se onde se multiplicam as autoridades políticas locais, estabelecendo separações, semeando ódios, nutrindo a desconfiança, a

descrença, o indiferentismo e o desprezo do povo pelo seu regime. (CAMPOS, 1921, p. 230).

Azevedo Amaral é um antiliberal e, de acordo com Medeiros (1978), sua posição política fica nitidamente marcada na obra *Ensaio brasileiro sobre a democracia* na qual diz que: “Como vimos, a prática do regime democrático só é possível onde as massas populares espontaneamente aceitam uma hierarquia de valores e se submetem sem relutância espiritual e política de chefes implicitamente reconhecidos como iguais e orientadores de coletividade”. (AMARAL, 1934, p. 252).

O autoritarismo moderno de Azevedo Amaral possui a concepção de que

[...] se origina nos custos do conflito social, potencializado pela escala da contemporânea produção econômica. Na atual sociedade de massa, diz ele, o conflito social é uma ameaça à sobrevivência da sociedade inteira, se sua solução, como exigido pelo Estado liberal, incumbir estritamente aos agentes privados. Conflitos que induziam indústrias de pequena escala, familiarmente possuídas, a enfrentar pequeno número de trabalhadores com escassa, se alguma, experiência política, ou consciência do impacto potencial de suas ações, são já história passada e concluída, inadequada ao entendimento do que se passa no presente século. Os conflitos atuais alinham, de um lado, as grandes corporações e, de outro, bem organizados sindicatos trabalhistas sendo que os riscos deste confronto envolvem o bem-estar de grandes segmentos da população. (SANTOS, 1978, p. 101-102).

Oliveira Vianna também se preocupou com as questões nacionais. No seu pensamento, de acordo com Medeiros (1978), havia três preocupações: unidade nacional (dimensão territorial, política, social e econômica); modernização institucional que ele tinha como sinônimo do corporativismo, sobretudo administrativo; e, por último, a preocupação com a conciliação das classes sociais. Em sua crítica sobre a democracia aponta para o problema do sistema eleitoral como causador dos males.

Ora, o grande problema está em fazer evoluir nossa democracia, desta sua condição atual, para uma democracia de opinião organizada [...]. No Brasil, o problema fundamental da organização democrática não pode ser esse, não pode ser o mesmo da América e da Europa. O nosso problema político fundamental não é o problema do voto – e sim o problema da organização da opinião... Há cem anos, não tem feito outra coisa se não organizar o voto e [...] corromper o voto. (VIANNA, 1925, p. 13-15 e 86).

O problema da organização liberal posta pela Constituição de 1891 também é tema da reflexão de Vianna.

Como se vê, os republicanos da Constituinte construíram um regime político baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada e militante. Ora, esta opinião não existia, e ainda não existe, entre nós: logo ao mecanismo idealizado pelos legisladores de 91 faltava o sopro inspirador do seu dinamismo. Daí a falência [...]. Tudo isto são fatos naturais, perfeitamente lógicos, num povo que não tem – porque não podia ter – nem espírito democrático, nem sentimento democrático, nem, portanto, hábitos e tradições democráticas. (VIANNA, 1927, p. 43-44).

A respeito da democracia, a saída proposta pelo pensamento político de Vianna, Amaral e Campos visa alterações no Estado fazendo com que ele deixe sua organização liberal e assuma traços autoritários de maneira a tomar as rédeas da disputa política e, por fim, a desatomização de poder causado pela política dos governadores. O Estado autoritário deve atuar como demiurgo da sociedade, guiando a democracia e concentrando a força política na esfera federal.

Apesar de semelhança de paradigma, a concepção da função do poder público vai entretanto variar. Oliveira Vianna estima que a necessidade de um regime autoritário é transitória, enquanto não amadurece completamente a nova ordem, capaz de governar-se a si mesma, Virgínio Santa Rosa deseja a liquidação da oligarquia rural e parece sugerir que nada pode mudar antes disso. Azevedo Amaral, em seu importante trabalho sobre “O Estado Autoritário e a Realidade Nacional”, insinua que, se autoritarismo é necessário para liquidar com uma ordem arcaica, inicialmente, logo em seguida será necessário para sustentar a ordem burguesa industrial contemporânea. Assim a identidade básica que compartilham – como resolver teórica e praticamente o problema da hegemonia da ordem privada burguesa – não é suficiente entretanto para apagar todas as diferenças significativas entre os diversos autores, especialmente no que diz respeito a tópicos especiais da análise. (SANTOS, 1978, p. 54-55).

A organização da sociedade é reflexo do sistema político sustentado pelo processo eleitoral que atua validando a manutenção do quadro político. A administração patrimonialista também é alvo de críticas, sobretudo por conta da classe dirigente que monopolizava a política e colocava distanciamento entre Estado e sociedade.

Com efeito, da economia cafeeira surgiu novo tipo de classe dirigente, que se formou “numa luta que se estende em uma frente ampla; aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica [...]”. Desde cedo eles [os dirigentes da economia cafeeira] compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento político aos interesses de um grupo econômico que alcançará sua

plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República". (NAGLE, 2001, p. 21).

O Estado moderno corporativista e que busca maior eficiência deve também atuar na unificação das classes.

[O] problema, como se vê, é de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar ao nosso agregado nacional massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter... Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um Governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal. (VIANNA, 1922, p. 354).

O Estado proposto por Vianna teria possibilidade de neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito do clã no nosso organismo político-administrativo, pondo fim à democracia dos coronéis. Azevedo Amaral diz que o Estado autoritário, equidistante do Estado liberal e do totalitário, seria assim o modelo político-institucional ideal de Estado moderno.

A revolução de 30 foi um marco divisor de águas. Para os analistas, ela demonstrou que existia uma crise latente atuando no interior da sociedade brasileira. Virgínio Santa Rosa observou que a desordem foi fértil, pois revelou a dicotomia que minava a sociedade brasileira.

Santa Rosa ressaltou o descompasso entre as instituições políticas e a situação do país: "Sociedade, governo, literatura, instituições, leis, nada disso experimentou contato com o povo e a terra [...]. O divórcio entre as concepções das elites políticas e as necessidades do país tornou-se mais flagrante ainda, dando lugar à mentalidade artificial das elites políticas". Um ano depois em outro livro, ele mudará o diagnóstico substantivo, sem entretanto abandonar o estilo de análise. De acordo com a nova interpretação, duas classes fundamentais se constituíram durante a Primeira República (1889-1930): os industriais e os proprietários de terra formaram a classe superior enquanto funcionários, comerciantes, trabalhadores industriais e forças militares formaram a classe mais baixa, que Santa Rosa chama de pequena burguesia urbana. A classe superior mantinha poder total sobre a sociedade brasileira através do controle das massas rurais (então 2/3 da população) e impedindo que a pequena burguesia alcançasse qualquer participação importante no processo político. A quebra deste monopólio político, de um lado, e o crescimento da pequena burguesia, de outro, constituíram o conflito fundamental da sociedade brasileira, que levou, através dos levantes militares de 1922, 1924 e 1926, à revolução de 1930. (SANTOS, 1978, p. 46).

Os dilemas postos nessa época são os mesmos para todos os pensadores políticos. O paradigma de cada autor parece semelhante, mas a concepção da função do poder público variava.

O processo de mudança através da instalação do Estado corporativo não fica somente no aumento de poder da federação, mas também significa o processo de racionalização do Estado, de maneira a atualizar e tornar mais eficiente a administração pública e contemplar os novos atores sociais. O Estado moderno idealizado pelos pensadores políticos também deve atuar no campo da industrialização, a fim de levar o desenvolvimento à sociedade que estava atrelada ao campo, mudando seu polo de desenvolvimento para a indústria. Desta maneira, a economia brasileira estaria mais bem posicionada no mercado externo e não estaria vulnerável a choques externos.

A administração deve deixar de ser patrimonialista e passar a ser técnica buscando a maior eficiência possível. O Estado técnico não podia permanecer adstrito ao conceito do lento progresso evolutivo (AZEVEDO, 2004, p. 50).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1917) é acontecimento que muda a forma de pensar, pois, após o término dela e com a falência do Estado liberal é aberto período histórico. Os povos “atrasados” podem alcançar os “avançados” através da busca fabril de novas formas de organização do Estado, que levariam esses povos a se adaptar às transformações impostas pelas circunstâncias. No Brasil isto é visto como momento para lutar por mudanças. Assim, as classes que estão à margem do poder imaginam como seria o Estado moderno brasileiro que colocaria a nação em um patamar mais elevado de desenvolvimento através da industrialização. Os anseios dos movimentos populares, políticos e econômicos se chocam com a oligarquia política liberal que está no poder.

As manifestações populares são reprimidas com força. O Estado que era liberal passa por reforma constitucional em 1926 e reprime com força as manifestações. A década de 1920 é quando ocorre a consolidação das frações de classe e se inicia o movimento que terminará com a Revolução de 1930. O cenário social demonstra que a sociedade estava em descompasso com o Estado, a economia pública sofre efeitos da crise de 1929, que foram agravados graças à política econômica da proteção ao café e que refletiu efeitos negativos na balança de pagamentos. A crise faz com que os recursos do Estado sejam limitados e atrapalha a sua capacidade administrativa. O

corpo administrativo, formado por funcionários oriundos das famílias ricas e patriarcais, contribuiu para o agravamento, por isso a necessidade do recrutamento de funcionários aptos a trabalhar de forma racional e capazes de tornar o Estado eficaz para sair da crise.

4 OS GRUPOS SOCIAIS

Durante a década de 1920, grupos sociais como os socialistas, os anarquistas, os nacionalistas, o feminismo¹⁸ e o próprio Exército Nacional se mobilizaram como movimento político. A organização política procurou debater a situação em que cada um se encontrava e buscar direitos e reconhecimento por parte do Estado, que tratava os grupos com opressão, através do uso da força policial.

Há claro descompasso entre as demandas dos novos grupos sociais que buscam seu espaço e o Estado, que trata a questão de forma errônea. Os movimentos sociais, que se organizam principalmente na década de 1920, são indicadores expressivos, traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento da sociedade. O escravo não está mais no centro sociopolítico como esteve durante o século XIX. No início do século XX os trabalhadores assumiram o posto central, assim como outros grupos que procuraram seu espaço frente à organização liberal, a qual ausentava o povo do Governo e da confecção da Legislação. As forças armadas também buscam a sua consolidação através de levantes que ocorrem e que têm como objetivo dar autonomia ao Exército Brasileiro¹⁹.

Nas últimas décadas, as práticas desempenhadas pela administração parcial do Estado fizeram agravar inquietações e aumentar o embate por demandas que estavam postas há tempo, mas que vinham sendo controladas pelo Estado brasileiro, que no final do período havia se metamorfoseado gradativamente de estado liberal para atuar como estado repressivo e com tendência nitidamente policial. Tal como ocorre na mudança da monarquia para república, no período de 1920 a 1929 a sociedade brasileira vivencia período de efervescência ideológica e de inquietação social. O sistema eleitoral com a prática do voto de cabresto, as lutas reivindicatórias dos trabalhadores fabris, a pressão da burguesia industrial e as medidas de restrições por conta da revisão Constitucional de 1926 são elementos catalisadores da Revolução que ocorre em 1930.

¹⁸ O feminismo é destacado por conta do papel da feminista Bertha Lutz, que apresentou propostas para a Comissão que elaborou o anteprojeto constitucional.

¹⁹ “A Guerra do Paraguai criara o Exército Nacional e projetara-o no quadro político, como uma instituição capaz de encarnar a Nação melhor que o próprio Monarca e sua Côrte. É que o Império brasileiro fizera franca coalizão com os senhores rurais. Não se impusera, jamais, de modo preciso, como seu oponente, na defesa e sustentação de algo distinto, que fosse a Nação. Essa função coube pela primeira vez ao exército. A República começa por ser o resultado de uma reação mais ou menos consciente no período republicano, da representação nacional que lhe cabe, falando, não poucas vezes, em nome da Nação, ainda que contra os poderes constituídos”. (CUNHA, 1963, p. 33-34).

A sociedade brasileira demonstra estar composta pela classe dirigente cafeeira que está no centro de poder e pelos industriais que estão localizados nos centros mais desenvolvidos do país na época. A classe dirigente deve ser dividida entre os que estão no centro decisório e as outras oligarquias que estão à margem do poder, pois aqueles que estão no centro conseguem desagradar tanto os industriais quanto as outras oligarquias do país com suas políticas de proteção do café.

A economia cafeeira promove, por meio de seu efeito dinamizador, o desenvolvimento de outras áreas da economia do país e consolida o capitalismo no Brasil. Capitalismo que havia adentrado no país através do campo e que agora, com o desenvolvimento dos principais centros do país caminhando para a industrialização, alimenta o crescimento da classe média urbana, que se desenvolve em uma ordem capitalista, mas como uma organização estatal e administrativa que sofre ecos da querela política.

A industrialização vai provocar algum distúrbio no domínio oligárquico, na década de 1920. Nesse momento já não se pode falar em simples luta entre as oligarquias, pois parte destas está comprometida com o industrialismo. Além disso, a industrialização, agora, intensifica o desenvolvimento de novas camadas sociais – as camadas médias e o operariado, diversificando o tradicional e regido sistema de estratificação social, bem como integra razoável parte da população no sistema produtivo. Enfim, é essa abertura de novos caminhos no processo produtivo a responsável pela explicação de muitos aspectos das novas orientações ideológicas que aparecem especialmente na década de 1920 (nacionalismo, catolicismo, tenentismo, ideologias educacionais etc.). (NAGLE, 2001, p. 26).

A década de 1920 pode ser considerada fase de consolidação da indústria brasileira, quando transformações nos setores político e econômico tenderam a provocar alterações no setor social. Esse período de consolidação representa mudança no sistema econômico de tipo colonial, induzido para outro sistema autárquico que será consolidado durante os governos de Getúlio Vargas²⁰.

²⁰ O modelo de capitalismo da política-econômica do Governo Vargas representa não somente a mudança de um capitalismo dependente para um capitalismo autárquico. Demonstra a mudança que ocorre no Estado calcado no processo de racionalização que este sofre, fazendo com que ele passe a atuar como empresa capitalista e não mais desempenhando o papel de empresa colonizadora do território. Mesmo com essa mudança o Estado continua desempenhando função de demiurgo da sociedade.

4.1 OS INDUSTRIAIS, SOCIALISTAS E ANARQUISTAS

Os anseios de cada grupo representam vozes dissonantes na disputa por demandas de classe, pois a oligarquia dominante apoiada sob o coronelismo, a política dos governadores e suas práticas pretéritas imprimem seu pensamento rural que atua como antiurbano e anti-industrial, tal pensamento está diametralmente oposto ao pensamento dos industriais.

Como em outros momentos, o ruralismo se define como “uma elaboração ideológica baseada na tendência compensatória dos momentos de urbanização intensa, visando criar o mito de um passado ideal; no caso, a virtude mágica do passado rural como sistema fornecedor de homens e ambiente mais propício à sua felicidade. Na prática, tende a convencer o homem rural a aceitar as condições de vida, recrutando-se à sua custa o elemento demográfico necessário ao crescimento das cidades e procurando-se imobilizar o restante na condição alienada das populações que, no Brasil, são postas em graus variáveis, à imagem do progresso técnico e dos benefícios representados pela civilização urbana”. (SOUZA, 1957, p. 64. In NAGLE, 2001, p. 40).

Os industriais buscam o aprimoramento das condições para o desenvolvimento de suas atividades, que não concordam com a organização imposta pelo mundo rural em que vive o Brasil e muito menos com a administração pública que está alinhada com os interesses da classe dominante. Desta maneira o descompasso existente entre a sociedade que está sofrendo processos de mudanças e que almeja novas demandas com o Estado brasileiro patrimonialista aumenta gradativamente até chegar à crise de 1929 e à Revolução de 1930 – processos históricos que representam a crise do sistema hegemônico²¹.

As novas forças sociais que surgem durante a Primeira República e que buscam seu espaço e, por consequência, suas demandas, demonstram o choque entre o mundo rural e o mundo urbano onde reside a sociedade civil, que é subproduto da

²¹ [A crise do sistema hegemônico] se desdobra em duas fases bem marcadas: a primeira, que cobre a década de 20 e cujo sentido maior é a contestação da hegemonia cafeeira, que culmina com a Revolução de 1930; a segunda, compreendida no período 1930/37, assinala a crise de hegemonia no sentido estrito, na medida em que, então, nenhuma classe ou fração de classe logra o controle do aparelho do Estado. (AURELIANO, 1999, p. 86).

relação do Estado. Diversos movimentos político-sociais²² reúnem simpatizantes e demonstram suas correntes de pensamento. As correntes que chegaram ao país junto com a força de trabalho estrangeiro fomentaram os movimentos que começaram de forma desorganizada. Até 1920 as ideias socialistas e anarquistas penetraram no pensamento brasileiro, apresentadas como forma de luta ou contestação da ordem e não como pensamento estruturado.

No primeiro momento se faz necessário um movimento para conseguir a união de forças com o intuito de provocar o aceite a regras²³. O socialismo não fica somente no campo da ação. Para consolidar as ações, o processo de institucionalização, representado pela formação do Partido Socialista, ocorre em São Paulo no ano de 1902. Este foi importante, pois permitiu a circulação das ideias e proporcionou o debate delas. Do Partido Socialista resultou o Congresso do Partido Socialista Brasileiro, em que houve a proposição de ideias e correntes de pensamento do partido. Foi possível ver a posição do partido sobre a situação enfrentada pelos trabalhadores e o distanciamento entre eles e o Governo através do manifesto dado a público.

[...] duas diferentes classes, a dos presidentes e a dos possuídos, em que a população deste país se achava dividida, como em toda parte, para que se compenetrasse da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passava nos outros países civilizados, com referência à questão social, que a muitos deles convulsiona e a todos está interessando profundamente. (NAGLE, 2001, p. 54).

Nesse congresso, diferentes teses são acatadas procurando nortear as ações partidárias e apontar as demandas que o partido deve reivindicar, como a forma de recrutamento das massas para o partido, a legislação trabalhista e outras. A vida da organização política foi temporária. Nos anos 1920 houve nova experiência do Partido Socialista, desta vez como consequência do Grupo *Clarté*, que é criado por influência do apelo de intelectuais franceses. Entretanto, por conta da instalação do estado de sítio, não houve êxito. As ideias não se esgotam e como consequência do movimento no Rio

²² Alguns movimentos merecem destaque como socialismo, anarquismo, maximalismo, tenentismo, modernismo e feminismo. Cada um à sua maneira elaborou teses sobre o Brasil e como este deveria ser através de suas lutas para conseguir espaço frente ao Estado.

²³ Daí a importância que tiveram as escaramuças, os movimentos grevistas, as comemorações operárias, os comícios que constituem, mais do que qualquer outro lado, os elementos que importam para a história do período, juntamente com os jornais, revistas e folhetos escritos na ocasião, desde que serviram para tornar a atividade mais coesa e ampla. (NAGLE, 2001, p. 53).

de Janeiro surge, em São Paulo, o Grupo Zumbi, que teve existência temporária²⁴ assim como o partido criado em 1902.

As ideias anarquistas também foram propagadas junto com as socialistas, mas obtiveram maior sucesso porque caminhavam na direção da ação e não se limitavam à pregação de ideias, assim sendo algo mais concreto²⁵.

[...] anarquismo, a fase principal de difusão deu-se durante os dois primeiros decênios do século XX. Manifestou-se, fundamentalmente, sob a forma de organizações de beneficência, de socorros mútuos e de resistência, de lutas reivindicatórias e de comícios; especificamente, manifestou-se na organização de movimentos grevistas – pelos quais procurava forçar os grupos capitalistas a tomarem medidas de melhoria de condições de vida e de trabalho dos operários – e no exercício de pressões sobre os poderes públicos, federais e estaduais, para que fossem acolhidos, no Estado liberal brasileiro, determinados itens da legislação social. (NAGLE, 2001, p. 55-56).

O anarquismo se desenvolveu nos centros urbanos brasileiros, através de reuniões em praças públicas em que os líderes estrangeiros discursavam suas teses sobre a maneira de agir do movimento na tentativa de conseguir mais membros que possibilitassem maior êxito.

4.2 O NACIONALISMO, TENENTISMO E O FEMINISMO

O nacionalismo também esteve presente no ideário brasileiro. As primeiras ações ocorreram no campo da educação com a divulgação de livros didáticos portadores de conteúdo moral e cívico, com viés patriótico. As obras procuravam, através da via sentimental, fornecer aos seus leitores uma imagem da nação. A divulgação provocava processo de doutrinação através do campo da educação, que na época repercutiu mais do que qualquer outro. Assim, as crianças, especialmente os filhos de imigrantes, crescem com o sentimento de nação trabalhado por intelectuais da época que colaboraram com a publicação dos livros.

²⁴ O pensamento socialista continua sendo propagado por alguns representantes do Congresso Nacional e intelectuais, que conseguiram influenciar outros movimentos sociais como o tenentismo e o modernismo em determinadas orientações. “Irineu Machado e Azevedo Lima, respectivamente no Senado e na Câmara, comportam-se favoravelmente às iniciativas de caráter socialista. Entre os intelectuais da época, interessa mencionar Roldão Lopes de Barros e Henrique Geenen, devido, especialmente, à atuação de ambos no campo da educação”. (NAGLE, 2001, p. 55).

²⁵ As ações pregadas pelo movimento anarquista tinham como motor do movimento a realização de greves.

O movimento encabeçado por Olavo Bilac atua pela educação junto com os jovens através da difusão de suas ideias no âmbito universitário. Na sua campanha para arregimentar simpatizantes teve como consequência a Formação de Defesa Nacional.

Resume o primeiro veemente esforço para mostrar “a gravidade de nossa situação moral”, mais especificamente, a “desgraça de caráter, e morte moral”: o Brasil “padece e sofre da falta de crença e esperança”. Na verdade, há o desânimo, falta de solidariedade, ausência de crença e aspirações comuns; governa o interesse de cada um, o arrivismo. E nada se tem feito para a “definitiva constituição de nossa nacionalidade”. Com efeito, os políticos profissionais nada mais são do que “pastores egoístas do rebanho tresmalhado”; as classes populares “mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência”: “a língua pátria e o passado tendem a desaparecer com prosperidade da língua e dos costumes europeus. Qual o remédio para esse estado de coisas? São muitos, mas um deles constitui verdadeira promessa de salvação: a lei do sorteio militar [...]. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória”. (NAGLE, 2001, p. 65-66).

O movimento nacionalista se mostrou ativo formando ligas que aglutinaram simpatizantes e possibilitaram o desempenho institucionalizado. A *Liga de Defesa Nacional* foi fundada em 1916 graças ao desempenho de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmom. A *Liga* pregava como objetivo primário a atuação independente de crenças políticas, religiosas e filosóficas e se enquadrava dentro do quadro legal do país, com a vontade de reunir os anseios comuns entre a organização e seus futuros membros. Os objetivos elementares se distendiam em:

[...] manter a idéia de coesão e integridade nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo, o culto ao heroísmo, fundar associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; avivar o estudo da história do Brasil e das tradições brasileiras; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à justiça e o culto ao patriotismo; combater o analfabetismo. (NAGLE, 2001, p. 66).

As correntes de pensamento que fundamentavam os movimentos sociais faziam com que estes procurassem espaço próprio frente ao Estado liberal que, após a reforma constitucional de 1926, agregou caráter ainda mais autoritário. A questão social

é questão de polícia, portanto deve ser coibida através da violência que reprime as forças sociais, mas não cala e nem sana o problema.

O Exército brasileiro em seu processo de formação e consolidação como força maior de segurança nacional também foi obrigado a se defrontar com o Estado liberal. Dentro deste processo foi obrigado a fazer reformas internas sobre seu modelo de seleção e sua organização a fim de combater o desprestígio que havia sobre as atividades militares. O Exército brasileiro herdou parte de sua organização da tradição europeia, principalmente no que diz respeito ao recrutamento, que é uma variável de grande importância. Desta maneira contribuiu para que o período de 1831 a 1889 fosse de estabilidade do governo central, sustentado pela organização militar no âmbito externo e no interno pela organização da sociedade.

Tradicionalmente, por exemplo, o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e as praças entre as classes baixas. Este mecanismo teve importantes conseqüências políticas ao possibilitar, de um lado, a identificação entre a oficialidade e os grupos politicamente dominantes, e, de outro, o isolamento da oficialidade em relação às praças. Ao mesmo tempo que garantia a lealdade dos oficiais ao governo, impedia que eles se unissem aos escalões inferiores, o que aumentaria o poder político da organização. (CARVALHO, 1977, p. 184-185).

O processo de independência do país não contou com grandes lutas e mobilização militar da sociedade. Esse fato colabora para que a organização do Exército permaneça quase intacta²⁶. Na Primeira República a organização coronelista e a opção pela Guarda Nacional como “polícia” do governo fez com que o Exército ficasse afastado do Estado e da sociedade brasileira, o qual já estava separado devido a sua organização. Assim, durante o período republicano a força armada brasileira luta para ocupar seu espaço perante o Estado e poder desempenhar sua função.

O tenentismo²⁷ foi um dos movimentos do Exército que contou com prestígio da sociedade civil e conseguiu alcançar o núcleo do poder decisório através da Revolução de 1930 compondo a Aliança Liberal. Durante sua trajetória de luta e

²⁶ “Nos países em que o processo de independência exigiu lutas mais prolongadas, grande número de pessoas foram incorporadas às forças armadas em todos os escalões, democratizando-as de certo modo, reduzindo seu nível de profissionalismo e tornando-as instrumento fácil de manipulação política. O fenômeno do caudilhismo, ausente no Brasil, tem neste fato uma de suas causas”. (CARVALHO, 1977, p. 185).

²⁷ “Toda ideologia e toda agitação vieram dos jovens positivistas de Benjamin Constant. Sua educação, seu número, sua posição na hierarquia, [...] lhes dava condição de exercer este papel”. (CARVALHO, 1977, p. 216).

reivindicações, a ideia de intervencionismo reformista²⁸ defendida pelo movimento fazia parte do bojo de novas ideologias dirigistas que surgiram dentro do Exército, os quais procuram aproximar-se da sociedade civil e legitimar as ações da força armada através de novas concepções de soldado. O ideário do soldado-cidadão ou a intervenção reformista²⁹ foi desenvolvido durante a questão militar. No início foi disseminado por jornalistas republicanos com o intuito de iniciar os militares a intervir na política e criar embaraços ao governo imperial.

O soldado-profissional ou a não-intervenção foram favorecidos pelo período em que surgiram. A Guerra Mundial chamava a atenção para o problema da defesa nacional e para o fortalecimento do Exército, assim a ideia defendida era que houvesse a profissionalização militar, vista como condição básica para o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos.

O soldado-corporação ou a intervenção “moderadora” foi defendida por Bertholdo Klinger³⁰ e “propunha uma intervenção controladora” ou “moderada”, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o “Estado-Maior”. (CARVALHO, 1977, p. 213-214).

Na década de 1920 o Movimento Tenentista se manifesta no campo político-social de maneira energética. Sua projeção é importante devido aos acontecimentos da época e por apresentar-se como uma parcela da classe militar disposta a enfrentar os brios ultrajados do Exército.

Com o desencadeamento de 5 de julho de 1922 inicia-se um esforço para a redefinição do papel de Exército, bem como a sistematização das linhas básicas de sua função. Estabelece-se, por exemplo, o princípio de que o Exército não aceita a posição de passividade e de submissão em que o regime procura enclausurá-lo, nem está disposto a aceitar as funções de “guarda pretoriana”. [...] Daí por diante, não foi difícil situar a questão em torno de um problema mais amplo: às forças armadas compete, exclusivamente, a obediência aos poderes constituídos, independentemente de quaisquer circunstâncias? (NAGLE, 2001, p. 94-95).

²⁸ “Os tenentes propugnavam uma intervenção reformista, a ser feita pelo militar independente, ou mesmo contra a organização” (CARVALHO, 1977, p. 213).

²⁹ “A expressão foi consagrada no Manifesto dirigido por Deodoro e Pelotas, em fins de 1889, ao Parlamento e à Nação. Neste Manifesto, escrito por Rui Barbosa, que mais tarde certamente disto se arrependeria, fala-se em cidadãos fardados, aos quais não se pode negar o direito de participar na vida política do país. A idéia casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant. Eles adotaram e usaram para justificar sua ação a 15 de novembro”. (CARVALHO, 1977, p. 210).

³⁰ Bertholdo Klinger foi líder do grupo *A Defesa Nacional*, escreveu artigos e chegou a ser preso por isso.

Os tenentes começam a responder a questão posta, de maneira que não reste nenhuma dúvida³¹.

Quando o governo – primeiro responsável pela ordem – desrespeita e viola a lei, é inútil ou contraproducente que o povo a acate e obedeça. Sancionaria isso, praticamente, a monstruosidade da obediência unilateral dos deveres políticos. [...] À reação pacífica cabe, em primeiro lugar, a solução desse problema. Se ela for, porém, incapaz de resolvê-lo, é natural, imprescindível, recorrer à violência [...]. A revolução é, assim, o último dos direitos a que deve recorrer o povo livre, para salvaguardar os interesses coletivos [...]. A força armada é hoje parte integrante do povo de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna. O nosso Exército nem é já composto de mercenários, nem mesmo a massa de suas fileiras é constituída de profissionais. Querem, nessas condições, negar-lhe o direito de sentir com a Nação e de colocar-se na vanguarda desta, quando os desvarios do poder tentam sufocá-la, é uma incoerência insustentável. (NAGLE, 2001, p. 95).

No ano seguinte acontece o segundo 5 de julho. O cenário é agravado e como desdobramento apresenta um novo passo ideário político do movimento dos tenentes.

Agora começa a definir-se mais claramente a projeção das forças armadas – ou, melhor, do tenentismo – no mundo civil e político. Inicia-se com um combate contra a “mentalidade retrógrada e corrompida liberal da própria nacionalidade”, consciência que o tenentismo dizia encarnar. Aqui se manifesta a crítica à “baixa politicagem” e a defesa da “regeneração política”, isto é, apresenta-se a luta pela realização da “verdade do regime representativo” pela “manifestação espontânea e livre da consciência nacional” até então impedida de realizar-se pelo “regime eleitoral vigente no Brasil”. Acusa-se também o Congresso Nacional, cujo “incondicionalismo” se transforma em concerto laudatório da onipotência e prepotência do governo – especialmente nos casos vergonhosos do chamado reconhecimento dos poderes –, dos mesmos governos que procuravam os notórios “desatinados político-administrativos” e a “degradação legal” ou a parcialidade da Justiça. Agora os tenentes se apresentam como os mais puros defensores dos ideais liberais. (NAGLE, 2001, p. 96).

Após o segundo 5 de julho, o movimento demarca de vez sua postura e modo de ação perante o Estado e a sociedade civil. Ocorre a interação com outros movimentos políticos civis da época.

³¹ “Essas lutas constituem em intrincada combinação de motivações e atores, em que se sobressaíam a disputa pelo poder presidencial entre oficiais superiores do exército e da marinha e o choque entre os jovens oficiais positivistas, aglutinados em torno de Floriano, contra o grupo mais velho de Deodoro e contra os governos civis”. (CARVALHO, 1977, p. 217).

As relações com elementos civis – em especial, as relações com elementos da Liga Nacionalista de São Paulo – devem ter ampliado o campo das reflexões, pois, em 1924, começam a aparecer pregações de conteúdo liberal [...]. É o que se nota no comunicado dos chefes do movimento de 1924, no qual expõem “as razões fundamentais do seu movimento”: o atual governo da República não tem apoio da Nação nem daqueles a quem, em última análise, cabe a defesa de sua honra. Não é o governo do povo brasileiro e não tem o apoio do Exército, porque o Exército é composto daqueles que assinaram o manifesto do Clube Militar e dos que, por eles, se achavam representados neste ato. (COSTA E GOES apud NAGLE, 2001, p. 99).

As mulheres também procuraram seu espaço e lutaram por questões primordiais que possibilitaram que elas tivessem direitos e voz perante a sociedade. O feminismo, que tem início na *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher* reunindo mulheres para o debate sobre a situação da época, atuava como grupo de estudo, com orientação laica, o qual tinha como meta a emancipação intelectual. Desse grupo participava Bertha Lutz³², uma importante ativista do movimento feminista no Brasil. No ano de 1922, Bertha ajudou a fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

A Federação realizou dois congressos: o primeiro no ano de 1922 e o segundo no ano de 1931³³. Nos congressos houve debate das ideias e proposições do movimento feminista. No universo de propostas feministas havia forte preocupação com as classes menos favorecidas, luta pelo sufrágio feminino, preocupação nas discussões sobre infância, direito trabalhista, direito civil. A área da educação também foi contemplada nas discussões sobre a nacionalização do ensino público, a educação doméstica, o ensino primário, profissional e comercial, a formação para o magistério, o acesso ao ensino secundário e superior.

O feminismo brasileiro era inspirado no feminismo americano, pois segundo Bertha Lutz este procurava a solução dos compêndios de forma pacífica, diferente do que na época se viu do movimento feminista europeu, que às vezes resultava em ações violentas. O intercâmbio cultural foi possível para o grupo, pois em 1922 a líder da FBPF participou da I Conferência Pan-Americana de Mulheres que ocorreu nos Estados

³² Graduou-se em Ciências Naturais na Sorbonne (em 1918) e em Direito no Rio de Janeiro (em 1933); consolidou sua carreira científica nos mais de 40 anos de funcionalismo público no Museu Nacional; liderou a luta pelo voto feminino e exerceu, ela própria, o direito de ser votada. No Parlamento, propôs inúmeras mudanças na legislação brasileira.

³³ A Federação organizou a “1ª Conferência pelo Progresso Feminino”, em 1922, ano de sua fundação; e o “II Congresso Internacional Feminista”, em 1931. Ambos aconteceram no Rio de Janeiro e mereceram uma enorme cobertura da imprensa escrita. (BONATO, 2009, p. 1370).

Unidos. Bertha participou da conferência como delegada oficial do Brasil e lá entrou em contato com o movimento feminista americano. Quando retornou ao seu país, colocou em prática o que captou durante a conferência.

CONCLUSÃO

O Brasil, a partir da Constituição de 1934, passou a adotar o concurso como meio de seleção de candidatos a trabalharem na administração pública. A Carta Constitucional é marco da luta no campo político contra a oligarquia que comandou a República Brasileira de acordo com as vontades e interesses particulares, sem fazer diferenciação entre o bem público e o bem privado. O ano de 1934 representa para o Estado brasileiro a mudança que começou através da Revolução de 1930, mas que tem seus motivos históricos anteriores a ela.

A política foi privilégio de poucos no início da história do país, muito por conta da origem do país enquanto colônia portuguesa e pelo tipo de desenvolvimento que ocorreu. No início, quando o Estado brasileiro surgiu, este deveria ser o demiurgo da sociedade brasileira, conduzindo-a para o seu pleno desenvolvimento. Mas o que se viu foi a tomada do poder pela classe dirigente ligada ao setor econômico mais forte. No início os senhores de engenho comandavam o campo político, através de sua coerção. No momento histórico seguinte, foram os produtores de café.

A sociedade acompanhou a evolução do capitalismo no país, sobretudo após a implementação do trabalho assalariado. A chegada da mão-de-obra estrangeira fomenta o crescimento de novos grupos sociais baseados em correntes de pensamento que vieram junto com estes trabalhadores. Os novos grupos lutaram por seus direitos sociais e sua representação.

O Estado brasileiro, que foi fundado antes da sociedade, começa como empresa colonizadora tendo por obrigação espalhar a população pelo vasto território, mas se depara diante de novas demandas após o avanço do tempo, junto com as mudanças políticas e sociais. Os principais temas são causados pelo descompasso entre a sociedade e o Estado que não consegue ser efetivo com a "questão social". O combate à corrupção por meio do afastamento de políticos degenerados, o fim do espólio da burocracia pública, a busca pela maior representação no Estado são os principais temas. Os novos grupos sociais buscam ser contemplados pelo Estado, mas o tratamento é repressivo, principalmente em relação às manifestações sociais com pedidos de mudança para uma situação igualitária. A década de 1920 foi o momento em que a

conjuntura social e política formou-se e contribuiu para as mudanças que ocorreram na era Vargas.

No campo político, a década anterior à Revolução de 1930 mostra o último ciclo do café e as medidas para salvar o principal produto da economia do país. A insatisfação dos estados em relação ao grupo que está no poder leva os gaúchos junto com os mineiros, no final da década, a se organizarem para vencer as eleições e conseguir chegar ao centro de poder.

O desejo de mudança é comum aos políticos que estavam à margem do poder e aos grupos sociais que se manifestam, mas são reprimidos com força pelo Estado. A Revolução de 1930 é um momento aglutinador, pois através da tomada de poder pela Aliança Liberal é possível fazer as mudanças no Estado. O desejo de ambos é ter uma administração eficiente que contemple a sociedade, que passou por tantas mudanças. Não há mais espaço na administração para funções compensatórias que mascaravam a administração.

O concurso é a forma de renovar o tipo de funcionário presente nas repartições públicas, mudar a face do servidor transformando-a em exemplo de competência e eficiência. Assim, o concurso pode ser visto por meio de dois pontos de vistas. O primeiro a partir do campo político, pois ele representa um mecanismo de suma importância para alcançar o objetivo de um Estado moderno e eficiente. O segundo, o ponto de vista dos grupos sociais, considera o concurso como a prova de que o Estado está contemplando suas demandas e deixa em igualdade de direitos, pois para ingressar na carreira pública o pré-requisito essencial é a competência.

O mecanismo idôneo age no pensamento, pois tem o poder de mudar o imaginário social em relação aos órgãos públicos e protege o próprio serviço público, uma vez que nele ingressa o candidato que demonstra ser capaz. Desta maneira, evita que o campo político atue sobre a administração nomeando pessoas de interesses duvidosos e que só estão motivadas pelos honorários, fruto do cargo público.

No limite, o Governo Provisório de Vargas marca a reaproximação do Estado com a sociedade por meio das medidas, direitos concedidos e do reconhecimento do Estado da "questão social", a remodelação da administração pública e a implementação do Estado corporativista. As mudanças ocorridas são caracterizadas pela centralização e o autoritarismo exercido por Getúlio Vargas, que, para combater e modificar as estruturas que sustentavam a elite política, reaparelhou o Estado tornando-o corporativista e racional. Desta maneira, o concurso público pode ser considerado a

pedra fundamental do Governo Vargas, uma vez que sem ele toda a mudança administrativa seria insustentável.

BIBLIOGRAFIA

A REVOLUÇÃO DE 30: *textos e documentos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. Tomo I e II.

ARBOLEYA, Arilda da Fortunata. *Entre o Regionalismo e a Construção da Nação – o impasse da atuação gaúcha na Constituinte de 1934*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS, Universidade Federal do Paraná, 2010.

AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Brasiliana – Companhia Editora Nacional, 1934.

AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização*. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia (IE), 1999.

AZEVEDO, José de Afonso de Mendonça. *Elaborando a constituição nacional: atas da Subcomissão elaboradora do anteprojeto 1932/1933*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

CAMPOS, Francisco. *Antecipações à reforma política*. São Paulo: José Olympio, 1940.

_____. *Opiniões e debates*. Belo Horizonte: Editora Ariel, 1921.

CARONE, Edgar. *A primeira república (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1969.

_____. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora S. A., 1965.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador*. In: *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977.

CEPÊDA, Vera Alves. *Contexto político e crítica à democracia liberal*. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan./jun. 2009.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. *O sistema administrativo brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério de Educação e Cultura), 1963.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Rumo à industrialização e à nova forma do Estado brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

_____. *A democracia traída: entrevistas*. Organização e notas de Maurício Dias. São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GRANZIERA, Rui Guilherme; SZMRECÁNYI, Tamás. (Org.) *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1978.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

QUEIROZ, Maria Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira: da colônia à primeira república*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro-1930*. São Paulo: Alfa Omega, 1983.

TELES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TORREZAN, Roseli. *O Governo Provisório na Constituinte de 1933/34*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

VARGAS, Getúlio. *O Pensamento Político de Getúlio Vargas*. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.

_____. *O caso do império*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1925.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1922.

VILLA, Marco Antônio. *A história das constituições brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011.